

## **RELATÓRIO DE AUDITORIA DO PROGRAMA DE INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA DE SANTA CATARINA**



**BANCO INTERAMERICANO DE  
DESENVOLVIMENTO  
(BID)**

**DEPARTAMENTO ESTADUAL  
DE INFRAESTRUTURA  
(DEINFRA)**

**CONTRATO DE EMPRÉSTIMO Nº 2900/OC-BR**

**EXERCÍCIO 2014  
(SEGUNDO RELATÓRIO)**

# **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

## **CONSELHEIROS**

Luiz Roberto Herbst, Presidente  
Adircélio de Moraes Ferreira Junior, Vice-Presidente  
César Filomeno Fontes, Corregedor Geral  
Herneus João de Nadal  
Julio César Garcia  
Luiz Eduardo Cheren  
Wilson Rogério Wan-Dall

## **AUDITORES**

Cleber Muniz Gavi  
Gerson dos Santos Sicca  
Sabrina Nunes Iocken

## **MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCE/SC**

Aderson Flores, Procurador-Geral

## **DIRETOR GERAL DE CONTROLE EXTERNO**

Carlos Tramontin

## **DIRETOR DE ATIVIDADES ESPECIAIS**

Roberto Silveira Fleischmann

## **COORDENADOR DA INSPETORIA 1/DAE**

Osvaldo Faria de Oliveira

## **EQUIPE DE AUDITORIA**

Antônio César Maliceski  
Luciana Maria de Souza  
Luiz Alexandre Steinbach  
Mirian Teresinha Demonti Rosa  
Nelson Costa Junior, Chefe de Divisão

## **PERÍODO DE REALIZAÇÃO**

Abril de 2015

## SUMÁRIO

|  |    |
|--|----|
| Sumário Executivo .....  | 3  |
| Lista de Siglas .....  | 5  |
| Relatório dos Auditores sobre as Demonstrações Financeiras .....   | 7  |
| Demonstrações Financeiras .....  | 10 |
| Notas Explicativas .....   | 14 |
| Relatório dos Auditores sobre o Cumprimento das Cláusulas Contratuais de Caráter Contábil e Financeiro e do Regulamento Operacional do Programa Associado à Auditoria das Demonstrações Financeiras..... | 21 |
| Cumprimento das Cláusulas do Contrato de Empréstimo nº 2900/OC-BR Exercício de 2014.....   | 23 |
| Relatório dos Auditores sobre o Sistema de Controle Interno Associado à Auditoria das Demonstrações Financeiras .....  | 38 |
| 1. Controle interno do Programa .....  | 41 |
| 1.1. Entendimento da Unidade .....   | 41 |
| 1.1.1. Órgão Executor .....  | 41 |
| 1.1.2. Coordenação do Programa .....   | 41 |
| 2. Componentes do Controle Interno .....   | 44 |
| 2.1. Ambiente de Controle .....  | 44 |
| 2.2. Avaliação de Risco .....  | 45 |
| 2.3. Atividades de Controle .....  | 45 |
| 2.4. Informações e Comunicações .....  | 48 |
| 2.5. Monitoramento .....   | 48 |
| 3. Carta Gerencial .....   | 50 |
| 3.1. Identificação da Existência de Litígios e/ou Reclamações .....  | 50 |
| 3.2. Achado da Auditoria do período de 08/02/12 a 31/12/13.....  | 51 |
| 3.3. Achado da Auditoria do exercício de 2014.....   | 52 |
| 4. Resumo das Recomendações da Auditoria .....   | 55 |
| 4.1. Ao Departamento Estadual de Infraestrutura (DEINFRA) .....  | 55 |
| Glossário de Termos e Expressões .....   | 56 |
| Apêndice .....   | 57 |
| Liquidação das Despesas  |    |

## SUMÁRIO EXECUTIVO

### 1. Informações da Unidade

|                       |  |
|-----------------------|--|
| Natureza do Trabalho: | Auditoria Financeira do Programa de Infraestrutura Logística de Santa Catarina |
| Período Auditado:     | 01/01/14 a 31/12/14  |
| Unidade Auditada:     | Departamento Estadual de Infraestrutura - DEINFRA                              |

### 2. Identificação do Programa

|                         |   |
|-------------------------|---|
| Programa:               | Programa de Infraestrutura Logística de Santa Catarina (Programa Rodoviário de Santa Catarina – Etapa VI)   |
| Objetivo:               | Contribuir para o crescimento descentralizado, equilibrado e sustentável do Estado de Santa Catarina, mediante a construção, pavimentação e reabilitação da infraestrutura viária estadual. |
| Contrato de Empréstimo: | BID nº 2900/OC-BR   |
| Recursos Envolvidos:    | US\$ 367.510.000,00 (Trezentos e sessenta e sete milhões e quinhentos e dez mil dólares)  |
| Gestor da Copre:        | Eng.º Civil Flávio Volpato – Consultor de Programas Especiais   |



### **3. Escopo da Auditoria**

A auditoria foi realizada em conformidade com as Normas Internacionais e Brasileiras de Auditoria e segundo as orientações estabelecidas nas Guias de Relatórios Financeiros e Auditoria Externa das Operações Financiadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – Dezembro de 2009. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as Demonstrações Financeiras estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve o exame, sob uma base de provas, para obtenção de evidência de auditoria a respeito dos valores e divulgações nas Demonstrações Financeiras. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação dos princípios contábeis aplicados e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das Demonstrações Financeiras tomadas em conjunto.

Na auditoria do exercício de 2014 foi realizada a avaliação da confiabilidade dos procedimentos contábeis e administrativos e dos controles internos, exame da documentação comprobatória de 100% das origens, revisão de 29,91% (amostra) dos processos de liquidação e pagamentos de despesas, exame dos processos licitatórios concluídos (amostra) e verificação do cumprimento das cláusulas contratuais de caráter contábil-financeiro-gerencial, leis e disposições oficiais pertinentes às operações realizadas.

## LISTA DE SIGLAS

|                  |  |
|------------------|--|
| <b>AFCE</b>      | Auditor Fiscal de Controle Externo   |
| <b>APPE</b>      | Assessoria para Projetos Especiais   |
| <b>BB</b>        | Banco do Brasil  |
| <b>BID/Banco</b> | Banco Interamericano de Desenvolvimento  |
| <b>CCO</b>       | Sistema de Contratos, Consultoria, Fiscalização e Projetos   |
| <b>CFC</b>       | Conselho Federal de Contabilidade  |
| <b>CIASC</b>     | Centro de Informática e Automação de Santa Catarina  |
| <b>CONGE</b>     | Consultoria de Controle de Gestão – DEINFRA  |
| <b>Copre</b>     | Coordenadoria de Programas Especiais – DEINFRA   |
| <b>Coso</b>      | <i>Committee on Sponsoring Organizations</i> - método de avaliação do sistema de controle interno                                  |
| <b>DAE</b>       | Diretoria de Atividades Especiais  |
| <b>DEINFRA</b>   | Departamento Estadual de Infraestrutura  |
| <b>DICD</b>      | Diretoria de Captação de Recursos e Dívida Pública – SEF   |
| <b>DUMP</b>      | (tipo de backup que importa e exporta os dados)  |
| <b>EUA</b>       | Estados Unidos da América  |
| <b>GEDIP</b>     | Gerência da Dívida Pública - SEF   |
| <b>GN-2349-9</b> | Políticas para a aquisição de bens e obras financiadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, de março de 2011              |
| <b>GN-2350-9</b> | Políticas para a seleção e contratação de consultores financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento”), de março de 2011 |
| <b>Intosai</b>   | Organização Internacional das Entidades Superiores de Fiscalização   |
| <b>Km</b>        | Quilômetro   |
| <b>LPI</b>       | Licitação Pública Internacional  |
| <b>M</b>         | Metro  |
| <b>NG</b>        | Normas Gerais do Contrato de Empréstimo nº 2171/OC-BR  |
| <b>OAC</b>       | Obra de Arte Corrente  |
| <b>PA</b>        | Plano de Aquisições  |
| <b>PF</b>        | Ponto final  |
| <b>PGE</b>       | Procuradoria Geral do Estado   |

|               |   |
|---------------|---|
| <b>R\$</b>    | Real  |
| <b>SC</b>     | Estado de Santa Catarina                          |
| <b>SDP</b>    | Solicitação de Propostas                          |
| <b>SEF</b>    | Secretaria de Estado da Fazenda                   |
| <b>SGPI</b>   | Sistema Gerencial de Programa de Investimentos    |
| <b>SICOP</b>  | Sistema Integrado de Controle de Obras Públicas   |
| <b>Sigef</b>  | Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal |
| <b>SQM</b>    | Sistema de Quantitativos e Medição                |
| <b>STN</b>    | Secretaria do Tesouro Nacional                    |
| <b>TA</b>     | Termo Aditivo                                     |
| <b>TCE/SC</b> | Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina    |
| <b>TP</b>     | Tomada de Preço                                   |
| <b>TI</b>     | Tecnologia da Informação                          |
| <b>US\$</b>   | Dólar dos Estados Unidos da América do Norte      |

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

**TRIBUNAL DE CONTAS**

**DIRETORIA DE ATIVIDADES ESPECIAIS (DAE)**

**AUDITORIA DO PROGRAMA DE INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA DE  
SANTA CATARINA**

## **RELATÓRIO DOS AUDITORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Ao Departamento Estadual de Infraestrutura (DEINFRA)**

**Programa de Infraestrutura Logística de Santa Catarina**

### **Relatório sobre as Demonstrações Financeiras**

Examinamos as Demonstrações Financeiras anexas do Departamento Estadual de Infraestrutura (DEINFRA), que compreendem a Demonstração de Fluxos de Caixa para o período findo em 31 de dezembro de 2014 e a Demonstração de Investimentos Acumulados em 31 de dezembro de 2014, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas, correspondentes ao Programa de Infraestrutura Logística de Santa Catarina, financiado com recursos do Contrato de Empréstimo nº 2900/OC-BR do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e com aportes do Governo do Estado de Santa Catarina.

### **Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Financeiras**

A administração do Programa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com as cláusulas do Contrato de Empréstimo nº 2900/OC-BR e com as orientações estabelecidas nas Guias de Relatórios Financeiros e Auditoria Externa das Operações Financiadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – Dezembro de 2009, bem como pelos controles internos que considerou como necessários para que essas demonstrações estejam livres de distorção relevante, causada por fraude ou erro.

## **Responsabilidade do Auditor**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com os requisitos de auditoria previstos no contrato de empréstimo e com as normas internacionais de auditoria da Organização Internacional das Entidades Superiores de Fiscalização – INTOSAI e da Federação Internacional de Contadores (IFAC), incorporadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Programa, com vistas a planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes a conversão dos valores executados em moeda nacional para Dólares dos Estados Unidos, os fundos recebidos, os desembolsos efetuados e os investimentos acumulados do Projeto, em 31 de dezembro de 2014, de acordo com as práticas contábeis

adotadas no Brasil e com os requisitos financeiros estabelecidos no mencionado contrato de empréstimo.

### Ênfase

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para o item 2.1 das Notas Explicativas, que indica o regime de Caixa como base para elaboração e apresentação das demonstrações financeiras. Registra-se que a apropriação dos investimentos às demonstrações financeiras foi feita com base nas comprovações de gastos encaminhadas ao Banco, situação que difere do regime apontado no item 2.1 das citadas notas explicativas. Assim sendo, uma vez que tais demonstrações financeiras foram elaboradas para auxiliar a administração do Projeto a demonstrar o cumprimento das disposições do Contrato de Empréstimo, tais demonstrativos podem não servir para outras finalidades.

Florianópolis, 13 de abril de 2015.

  
**ANTÔNIO CÉSAR MALICESKI**

Auditor Fiscal de Controle Externo

  
**LUIZ ALEXANDRE STEINBACH**

Auditor Fiscal de Controle Externo

  
**NELSON COSTA JUNIOR**

Auditor Fiscal de Controle Externo  
Chefe de Divisão 1

  
**LUCIANA MARIA DE SOUZA**

Auditora Fiscal de Controle Externo

  
**MIRIAN TERESINHA DEMONTI ROSA**

Auditora Fiscal de Controle Externo

Revisado.

Florianópolis, 14/04/15.

  
**OSVALDO FARIA DE OLIVEIRA**

Auditor Fiscal de Controle Externo  
Coordenador de Inspeção 1

Revisado.

Florianópolis, 17/04/15.

  
**ROBERTO SILVEIRA FLEISCHMANN**

Auditor Fiscal de Controle Externo  
Diretor da DAE



Empréstimo: Nº da Operação: 2900/OC-BR  
Mutuário: ESTADO DE SANTA CATARINA  
Executor: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA  
Programa: PROGRAMA DE INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA DE SANTA CATARINA

## DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

(Expresso em US\$ - Dólares)

### Período terminado em 2014

|  | BID                  | CONTRAPARTIDA        | TOTAL                 |
|--|----------------------|----------------------|-----------------------|
| <b>RECURSOS RECEBIDOS</b>  |                      |                      |                       |
| Acumulado no início do período   | 62.263.657,24        | 7.721.145,87         | 69.984.803,11         |
| <b>DURANTE O PERÍODO</b>   | 25.000.000,00        | 17.033.485,67        | 42.033.485,67         |
| Desembolso<br>(Antecipação/reembolsos, pagto<br>diretos)                   | 25.000.000,00        | 16.476.085,53        | 41.476.085,53         |
| Rendimentos de Aplicação<br>Financeira Fonte BID                           | 0,00                 | 601.341,53           | 601.341,53            |
| Ajuste de saldo variação cambial   | 0,00                 | -43.941,39           | -43.941,39            |
| <b>TOTAL DE RECURSOS RECEBIDOS</b>   | <b>87.263.657,24</b> | <b>24.754.631,54</b> | <b>112.018.288,78</b> |
| <b>DESEMBOLSOS EFETUADOS</b>   |                      |                      |                       |
| Acumulado no início do período   | 41.988.923,04        | 7.342.262,11         | 49.331.185,15         |
| Durante o período  | 43.592.583,58        | 16.488.809,68        | 60.081.393,26         |
| Solicitação/Justificativa de<br>desembolso apresentada ao BID<br>até nº 14 | 42.691.304,23        | 16.273.880,05        | 58.965.184,28         |
| Pagos por Bens e Serviços<br>Pendentes de<br>comprovação/justificativa 15  | 4.202.573,03         | 586.455,98           | 4.789.029,01          |
| Ajuste de exercício anterior   | -3.301.293,68        | -371.526,35          | -3.672.820,03         |
| <b>TOTAL DESEMBOLSADO</b>  | <b>85.581.506,62</b> | <b>23.831.071,79</b> | <b>109.412.578,41</b> |
| <b>SALDO DISPONÍVEL AO FINAL<br/>DO PERÍODO</b>                            | <b>1.682.150,62</b>  | <b>923.559,75</b>    | <b>2.605.710,37</b>   |

Engº Civil Flávio Volpato

Consultor de Programas Especiais - DEINFRA

COPRE 12 Fevereiro 2015

### Período terminado em 2013

| BID                  | CONTRAPARTIDA       | TOTAL                |
|----------------------|---------------------|----------------------|
| 0,00                 | 0,00                | 0,00                 |
| 62.263.657,24        | 7.721.145,87        | 69.984.803,11        |
| 62.263.657,24        | 7.342.262,11        | 69.605.919,35        |
| 0,00                 | 378.883,76          | 378.883,76           |
| 0,00                 | 0,00                | 0,00                 |
| <b>62.263.657,24</b> | <b>7.721.145,87</b> | <b>69.984.803,11</b> |
| 0,00                 | 0,00                | 0,00                 |
| <b>41.988.923,04</b> | <b>7.342.262,11</b> | <b>49.331.185,15</b> |
| 38.687.629,36        | 6.970.735,76        | 45.658.365,12        |
| 3.301.293,68         | 371.526,35          | 3.672.820,03         |
| 0,00                 | 0,00                | 0,00                 |
| <b>41.988.923,04</b> | <b>7.342.262,11</b> | <b>49.331.185,15</b> |
| 20.274.734,20        | 378.883,76          | 20.653.617,96        |

Engº Elcio Vieira

Matr. 172.874-1 - DEINFRA





Empréstimo: Nº da Operação: 2900/OC-BR  
Mutuário: ESTADO DE SANTA CATARINA  
Executor: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA  
Programa: PROGRAMA DE INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA DE SANTA CATARINA

## DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

(Expresso em R\$ - Reais)

### Período terminado em 2014

|  | BID                   | CONTRAPARTIDA        | TOTAL                 |
|--|-----------------------|----------------------|-----------------------|
| <b>RECURSOS RECEBIDOS</b>  |                       |                      |                       |
| Acumulado no início do período   | 137.363.955,65        | 17.151.069,76        | 154.515.025,41        |
| <b>DURANTE O PERÍODO</b>   | 56.848.000,00         | 40.650.917,03        | 97.498.917,03         |
| Desembolso<br>(Antecipação/reembolsos, pagto<br>diretos)                   | 57.060.000,00         | 39.052.633,24        | 96.112.633,24         |
| Rendimentos de Aplicação<br>Financeira Fonte BID                           | 0,00                  | 1.596.156,56         | 1.596.156,56          |
| Ajuste de saldo variação cambial   | -212.000,00           | 2.127,23             | -209.872,77           |
| <b>TOTAL DE RECURSOS RECEBIDOS</b>   | <b>194.211.955,65</b> | <b>57.801.986,79</b> | <b>252.013.942,44</b> |
| <b>DESEMBOLSOS EFETUADOS</b>   |                       |                      |                       |
| Acumulado no início do período   | 90.006.837,21         | 16.263.724,00        | 106.270.561,21        |
| Durante o período  | 100.097.306,62        | 39.085.657,51        | 139.182.964,13        |
| Solicitação/Justificativa de<br>desembolso apresentada ao BID<br>até nº 14 | 97.225.951,56         | 38.430.303,49        | 135.656.255,05        |
| Pagtos por Bens e Serviços<br>Pendentes de<br>comprovação/justificativa 15 | 10.094.585,71         | 1.522.087,88         | 11.616.673,59         |
| Ajuste de exercício anterior   | -7.223.230,65         | -866.733,86          | -8.089.964,51         |
| <b>TOTAL DESEMBOLSADO</b>  | <b>190.104.143,83</b> | <b>55.349.381,51</b> | <b>245.453.525,34</b> |
| <b>SALDO DISPONÍVEL AO FINAL<br/>DO PERÍODO</b>                            | <b>4.107.811,82</b>   | <b>2.452.605,28</b>  | <b>6.560.417,10</b>   |

Engº Civil Flávio Volpato

Consultor de Programas Especiais - DEINFRA

COPRE 12 Fevereiro 2015

### Período terminado em 2013

| BID            | CONTRAPARTIDA | TOTAL          |
|----------------|---------------|----------------|
| 0,00           | 0,00          | 0,00           |
| 137.363.955,65 | 17.151.069,76 | 154.515.025,41 |
| 137.363.955,65 | 16.263.724,00 | 153.627.679,65 |
| 0,00           | 887.345,76    | 887.345,76     |
| 0,00           | 0,00          | 0,00           |
| 137.363.955,65 | 17.151.069,76 | 154.515.025,41 |
| 0,00           | 0,00          | 0,00           |
| 90.006.837,21  | 16.263.724,00 | 106.270.561,21 |
| 82.783.606,56  | 15.396.990,14 | 98.180.596,70  |
| 7.223.230,65   | 866.733,86    | 8.089.964,51   |
| 0,00           | 0,00          | 0,00           |
| 90.006.837,21  | 16.263.724,00 | 106.270.561,21 |
| 47.357.118,44  | 887.345,76    | 48.244.464,20  |

Engº Elcio Vieira

Matr. 172.874-1 - DEINFRA



Empréstimo: Nº da Operação: 2900/OC-BR  
Mutuário: ESTADO DE SANTA CATARINA  
Executor: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA  
Programa: PROGRAMA DE INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA DE SANTA CATARINA

## DEMONSTRAÇÃO DE INVESTIMENTOS ACUMULADOS

Exercício: Findo em 31/12/2014

Em US\$

| CATEGORIA DE INVERSÃO                              | ORÇAMENTO VIGENTE     |                       |                       | ACUMULADO DO EXERCÍCIO 2013 |                     |                      | MOVIMENTO DO EXERCÍCIO 2014 |                      |                      | ACUMULADO DO EXERCÍCIO 2014 |                      |                       | Orçamento a Realizar  |                      |                       |
|--|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------------|---------------------|----------------------|-----------------------------|----------------------|----------------------|-----------------------------|----------------------|-----------------------|-----------------------|----------------------|-----------------------|
|  | BID                   | LOCAL                 | TOTAL                 | BID                         | LOCAL               | TOTAL                | BID                         | LOCAL                | TOTAL                | BID                         | LOCAL                | TOTAL                 | BID                   | LOCAL                | TOTAL                 |
| 1 ENGENHARIA E ADMINISTRAÇÃO                       | 19.100.000,00         | 3.850.000,00          | 22.950.000,00         | 1.865.218,79                | 471.503,13          | 2.336.721,92         | 2.451.239,18                | 153.671,92           | 2.604.911,10         | 4.316.457,97                | 625.175,05           | 4.941.633,02          | 14.783.542,03         | 3.224.824,95         | 18.008.366,98         |
| 1.1 ESTUDOS E PROJETOS                             | 6.750.000,00          | 1.750.000,00          | 8.500.000,00          | 0,00                        | 56.198,80           | 56.198,80            | 0,00                        | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                        | 56.198,80            | 56.198,80             | 6.750.000,00          | 1.693.801,20         | 8.443.801,20          |
| 1.2 ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA                      | 12.150.000,00         | 2.100.000,00          | 14.250.000,00         | 1.865.218,79                | 415.304,33          | 2.280.523,12         | 2.451.239,18                | 153.671,92           | 2.604.911,10         | 4.316.457,97                | 568.976,25           | 4.885.434,22          | 7.833.542,03          | 1.531.023,75         | 9.364.565,78          |
| 1.3 AUDITORIA, AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO           | 200.000,00            | 0,00                  | 200.000,00            | 0,00                        | 0,00                | 0,00                 | 0,00                        | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                        | 0,00                 | 0,00                  | 200.000,00            | 0,00                 | 200.000,00            |
| 2 OBRAS CIVIS E SUPERVISÃO                         | 228.050.000,00        | 92.840.000,00         | 320.890.000,00        | 40.123.704,25               | 4.836.368,38        | 44.960.072,63        | 41.059.447,92               | 10.761.865,89        | 51.821.313,81        | 81.183.152,17               | 15.598.234,27        | 96.781.386,44         | 146.866.847,83        | 77.241.765,73        | 224.108.613,56        |
| 2.1 CONSTRUÇÃO                                     | 58.940.000,00         | 25.265.000,00         | 84.205.000,00         | 10.270.568,24               | 1.206.299,31        | 11.476.867,55        | 13.786.898,91               | 4.837.608,28         | 18.624.507,19        | 24.057.467,15               | 6.043.907,59         | 30.101.374,74         | 34.882.532,85         | 19.221.092,41        | 54.103.625,26         |
| 2.2 PAVIMENTAÇÃO                                   | 61.850.000,00         | 38.970.000,00         | 100.820.000,00        | 5.226.832,62                | 2.588.975,01        | 7.815.807,63         | 13.038.499,95               | 3.960.789,99         | 16.999.289,94        | 18.265.332,57               | 6.549.765,00         | 24.815.097,57         | 43.584.667,43         | 32.420.235,00        | 76.004.902,43         |
| 2.3 REABILITAÇÃO                                   | 83.630.000,00         | 20.935.000,00         | 104.565.000,00        | 21.470.386,70               | 0,00                | 21.470.386,70        | 10.652.853,87               | 584.826,17           | 11.237.680,04        | 32.123.240,57               | 584.826,17           | 32.708.066,74         | 51.506.759,43         | 20.350.173,83        | 71.856.933,26         |
| 2.4 SEGURANÇA VIÁRIA                               | 2.925.000,00          | 2.925.000,00          | 5.850.000,00          | 0,00                        | 0,00                | 0,00                 | 0,00                        | 970.862,15           | 970.862,15           | 0,00                        | 970.862,15           | 970.862,15            | 2.925.000,00          | 1.954.137,85         | 4.879.137,85          |
| 2.5 MELHORIAS AMBIENTAIS                           | 2.750.000,00          | 2.750.000,00          | 5.500.000,00          | 0,00                        | 0,00                | 0,00                 | 0,00                        | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                        | 0,00                 | 0,00                  | 2.750.000,00          | 2.750.000,00         | 5.500.000,00          |
| 2.6 SUPERVISÃO DE OBRAS                            | 17.955.000,00         | 1.995.000,00          | 19.950.000,00         | 3.155.916,69                | 1.041.094,06        | 4.197.010,75         | 3.581.195,19                | 407.779,30           | 3.988.974,49         | 6.737.111,88                | 1.448.873,36         | 8.185.985,24          | 11.217.888,12         | 546.126,64           | 11.764.014,76         |
| 3 FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL                     | 2.850.000,00          | 4.220.000,00          | 7.070.000,00          | 0,00                        | 760.956,46          | 760.956,46           | 81.896,48                   | 596.161,14           | 678.057,62           | 81.896,48                   | 1.357.117,60         | 1.439.014,08          | 2.768.103,52          | 2.862.882,40         | 5.630.985,92          |
| 3.1 IMPLANTAÇÃO DO PLANO RODOVIÁRIO ESTADUAL       | 675.000,00            | 825.000,00            | 1.500.000,00          | 0,00                        | 0,00                | 0,00                 | 0,00                        | 12.724,15            | 12.724,15            | 0,00                        | 12.724,15            | 12.724,15             | 675.000,00            | 812.275,85           | 1.487.275,85          |
| 3.2 OPERAÇÃO DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO RODOVIÁRIO | 1.575.000,00          | 2.795.000,00          | 4.370.000,00          | 0,00                        | 760.956,46          | 760.956,46           | 81.896,48                   | 583.436,99           | 665.333,47           | 81.896,48                   | 1.344.393,45         | 1.426.289,93          | 1.493.103,52          | 1.450.606,55         | 2.943.710,07          |
| 3.3 APOIO À SIE E AO DEINFRA                       | 600.000,00            | 600.000,00            | 1.200.000,00          | 0,00                        | 0,00                | 0,00                 | 0,00                        | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                        | 0,00                 | 0,00                  | 600.000,00            | 600.000,00           | 1.200.000,00          |
| 4 CUSTOS RECORRENTES                               | 0,00                  | 3.500.000,00          | 3.500.000,00          | 0,00                        | 791.214,10          | 791.214,10           | 0,00                        | 3.719.818,84         | 3.719.818,84         | 0,00                        | 4.511.032,94         | 4.511.032,94          | 0,00                  | -1.011.032,94        | -1.011.032,94         |
| 4.1 DESAPROPRIAÇÕES                                | 0,00                  | 1.500.000,00          | 1.500.000,00          | 0,00                        | 791.214,10          | 791.214,10           | 0,00                        | 3.719.818,84         | 3.719.818,84         | 0,00                        | 4.511.032,94         | 4.511.032,94          | 0,00                  | -3.011.032,94        | -3.011.032,94         |
| 4.2 COMPENSAÇÃO AMBIENTAL                          | 0,00                  | 2.000.000,00          | 2.000.000,00          | 0,00                        | 0,00                | 0,00                 | 0,00                        | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                        | 0,00                 | 0,00                  | 0,00                  | 2.000.000,00         | 2.000.000,00          |
| 5 CUSTOS FINANCEIROS                               | 0,00                  | 13.100.000,00         | 13.100.000,00         | 0,00                        | 482.220,04          | 482.220,04           | 0,00                        | 1.257.291,89         | 1.257.291,89         | 0,00                        | 1.739.511,93         | 1.739.511,93          | 0,00                  | 11.360.488,07        | 11.360.488,07         |
| 5.1 JUROS  | 0,00                  | 11.400.000,00         | 11.400.000,00         | 0,00                        | 136.355,92          | 136.355,92           | 0,00                        | 809.149,66           | 809.149,66           | 0,00                        | 945.505,58           | 945.505,58            | 0,00                  | 10.454.494,42        | 10.454.494,42         |
| 5.2 COMISSÃO DE CRÉDITO                            | 0,00                  | 1.700.000,00          | 1.700.000,00          | 0,00                        | 345.864,12          | 345.864,12           | 0,00                        | 448.142,23           | 448.142,23           | 0,00                        | 794.006,35           | 794.006,35            | 0,00                  | 905.993,65           | 905.993,65            |
| <b>TOTAL</b>                                       | <b>250.000.000,00</b> | <b>117.510.000,00</b> | <b>367.510.000,00</b> | <b>41.988.923,04</b>        | <b>7.342.262,11</b> | <b>49.331.185,15</b> | <b>43.592.583,58</b>        | <b>16.488.809,68</b> | <b>60.081.393,26</b> | <b>85.581.506,62</b>        | <b>23.831.071,79</b> | <b>109.412.578,41</b> | <b>164.418.493,38</b> | <b>93.678.928,21</b> | <b>258.097.421,59</b> |

Engº Civil Flávio Volpato

Consultor de Programas Especiais - DEINFRA

Engº Elcio Vieira

Matr. 172.874-1 - DEINFRA

Empréstimo: Nº da Operação: 2900/OC-BR

Mutuário: ESTADO DE SANTA CATARINA

Executor: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA

Programa: PROGRAMA DE INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA DE SANTA CATARINA

## DEMONSTRAÇÃO DE INVESTIMENTOS ACUMULADOS

Em Reais

Exercício: Fim em 31/12/2014

| CATEGORIA DE INVERSÃO                              | ORÇAMENTO VIGENTE (*) |                       |                       | ACUMULADO DO EXERCÍCIO 2013 |                      |                       | MOVIMENTO DO EXERCÍCIO 2014 |                      |                       | ACUMULADO DO EXERCÍCIO 2014 |                      |                       | Orçamento a Realizar  |                       |                       |
|--|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------------|----------------------|-----------------------|-----------------------------|----------------------|-----------------------|-----------------------------|----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
|  | BID                   | LOCAL                 | TOTAL                 | BID                         | LOCAL                | TOTAL                 | BID                         | LOCAL                | TOTAL                 | BID                         | LOCAL                | TOTAL                 | BID                   | LOCAL                 | TOTAL                 |
| 1 ENGENHARIA E ADMINISTRAÇÃO                       | 38.985.010,00         | 7.858.235,00          | 46.843.245,00         | 3.941.592,45                | 1.020.489,10         | 4.962.081,55          | 5.618.134,74                | 371.479,30           | 5.989.614,04          | 9.559.727,19                | 1.391.968,40         | 10.951.695,59         | 29.425.282,81         | 6.466.266,60          | 35.891.549,41         |
| 1.1 ESTUDOS E PROJETOS                             | 13.777.425,00         | 3.571.925,00          | 17.349.350,00         | 0,00                        | 119.388,72           | 119.388,72            | 0,00                        | 0,00                 | 0,00                  | 0,00                        | 119.388,72           | 119.388,72            | 13.777.425,00         | 3.452.536,28          | 17.229.961,28         |
| 1.2 ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA                      | 24.799.365,00         | 4.286.310,00          | 29.085.675,00         | 3.941.592,45                | 901.100,38           | 4.842.692,83          | 5.618.134,74                | 371.479,30           | 5.989.614,04          | 9.559.727,19                | 1.272.579,68         | 10.832.306,87         | 15.239.637,81         | 3.013.730,32          | 18.253.368,13         |
| 1.3 AUDITORIA, AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO           | 408.220,00            | 0,00                  | 408.220,00            | 0,00                        | 0,00                 | 0,00                  | 0,00                        | 0,00                 | 0,00                  | 0,00                        | 0,00                 | 0,00                  | 408.220,00            | 0,00                  | 408.220,00            |
| 2 OBRAS CIVIS E SUPERVISÃO                         | 465.472.855,00        | 189.495.724,00        | 654.968.579,00        | 86.065.244,76               | 10.639.583,67        | 96.704.828,43         | 94.279.180,69               | 25.537.889,71        | 119.817.070,40        | 180.344.425,45              | 36.177.473,38        | 216.521.898,83        | 285.128.429,55        | 153.318.250,62        | 438.446.680,17        |
| 2.1 CONSTRUÇÃO                                     | 120.302.434,00        | 51.568.391,50         | 171.870.825,50        | 22.350.644,25               | 2.661.844,02         | 25.012.488,27         | 31.682.423,95               | 11.433.643,12        | 43.116.067,07         | 54.033.068,20               | 14.095.487,14        | 68.128.555,34         | 66.269.365,80         | 37.472.904,36         | 103.742.270,16        |
| 2.2 PAVIMENTAÇÃO                                   | 126.242.035,00        | 79.541.667,00         | 205.783.702,00        | 11.279.283,34               | 5.687.449,42         | 16.966.732,76         | 29.783.629,63               | 9.547.199,19         | 39.330.828,82         | 41.062.912,97               | 15.234.648,61        | 56.297.561,58         | 85.179.122,03         | 64.307.018,39         | 149.486.140,42        |
| 2.3 REABILITAÇÃO                                   | 170.697.193,00        | 42.730.428,50         | 213.427.621,50        | 45.722.096,53               | 0,00                 | 45.722.096,53         | 24.589.878,27               | 1.305.273,54         | 25.895.151,81         | 70.311.974,80               | 1.305.273,54         | 71.617.248,34         | 100.385.218,20        | 41.425.154,96         | 141.810.373,16        |
| 2.4 SEGURANÇA VIÁRIA                               | 5.970.217,50          | 5.970.217,50          | 11.940.435,00         | 0,00                        | 0,00                 | 0,00                  | 0,00                        | 2.241.228,19         | 2.241.228,19          | 0,00                        | 2.241.228,19         | 2.241.228,19          | 5.970.217,50          | 3.728.989,31          | 9.699.206,81          |
| 2.5 MELHORIAS AMBIENTAIS                           | 5.613.025,00          | 5.613.025,00          | 11.226.050,00         | 0,00                        | 0,00                 | 0,00                  | 0,00                        | 0,00                 | 0,00                  | 0,00                        | 0,00                 | 0,00                  | 5.613.025,00          | 5.613.025,00          | 11.226.050,00         |
| 2.6 SUPERVISÃO DE OBRAS                            | 36.647.950,50         | 4.071.994,50          | 40.719.945,00         | 6.713.220,64                | 2.290.290,23         | 9.003.510,87          | 8.223.248,84                | 1.010.545,67         | 9.233.794,51          | 14.936.469,48               | 3.300.835,90         | 18.237.305,38         | 21.711.481,02         | 771.158,60            | 22.482.639,62         |
| 3 FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL                     | 5.817.135,00          | 8.613.442,00          | 14.430.577,00         | 0,00                        | 1.714.270,69         | 1.714.270,69          | 199.991,19                  | 1.370.143,42         | 1.570.134,61          | 199.991,19                  | 3.084.414,11         | 3.284.405,30          | 5.617.143,81          | 5.529.027,89          | 11.146.171,70         |
| 3.1 IMPLANTAÇÃO DO PLANO RODOVIÁRIO ESTADUAL       | 1.377.742,50          | 1.683.907,50          | 3.061.650,00          | 0,00                        | 0,00                 | 0,00                  | 0,00                        | 33.024,27            | 33.024,27             | 0,00                        | 33.024,27            | 33.024,27             | 1.377.742,50          | 1.650.883,23          | 3.028.625,73          |
| 3.2 OPERAÇÃO DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO RODOVIÁRIO | 3.214.732,50          | 5.704.874,50          | 8.919.607,00          | 0,00                        | 1.714.270,69         | 1.714.270,69          | 199.991,19                  | 1.337.119,15         | 1.537.110,34          | 199.991,19                  | 3.051.389,84         | 3.251.381,03          | 3.014.741,31          | 2.653.484,66          | 5.668.225,97          |
| 3.3 APOIO À SIE E AO DEINFRA                       | 1.224.660,00          | 1.224.660,00          | 2.449.320,00          | 0,00                        | 0,00                 | 0,00                  | 0,00                        | 0,00                 | 0,00                  | 0,00                        | 0,00                 | 0,00                  | 1.224.660,00          | 1.224.660,00          | 2.449.320,00          |
| 4 CUSTOS RECORRENTES                               | 0,00                  | 7.143.850,00          | 7.143.850,00          | 0,00                        | 1.850.213,38         | 1.850.213,38          | 0,00                        | 8.910.015,40         | 8.910.015,40          | 0,00                        | 10.760.228,78        | 10.760.228,78         | 0,00                  | -3.616.378,78         | -3.616.378,78         |
| 4.1 DESAPROPRIAÇÕES                                | 0,00                  | 3.061.650,00          | 3.061.650,00          | 0,00                        | 1.850.213,38         | 1.850.213,38          | 0,00                        | 8.910.015,40         | 8.910.015,40          | 0,00                        | 10.760.228,78        | 10.760.228,78         | 0,00                  | -7.698.578,78         | -7.698.578,78         |
| 4.2 COMPENSAÇÃO AMBIENTAL                          | 0,00                  | 4.082.200,00          | 4.082.200,00          | 0,00                        | 0,00                 | 0,00                  | 0,00                        | 0,00                 | 0,00                  | 0,00                        | 0,00                 | 0,00                  | 0,00                  | 4.082.200,00          | 4.082.200,00          |
| 5 CUSTOS FINANCEIROS                               | 0,00                  | 26.738.410,00         | 26.738.410,00         | 0,00                        | 1.039.167,16         | 1.039.167,16          | 0,00                        | 2.896.129,68         | 2.896.129,68          | 0,00                        | 3.935.296,84         | 3.935.296,84          | 0,00                  | 22.803.113,16         | 22.803.113,16         |
| 5.1 JUROS  | 0,00                  | 23.268.540,00         | 23.268.540,00         | 0,00                        | 297.596,80           | 297.596,80            | 0,00                        | 1.867.929,56         | 1.867.929,56          | 0,00                        | 2.165.526,36         | 2.165.526,36          | 0,00                  | 21.103.013,64         | 21.103.013,64         |
| 5.2 COMISSÃO DE CRÉDITO                            | 0,00                  | 3.469.870,00          | 3.469.870,00          | 0,00                        | 741.570,36           | 741.570,36            | 0,00                        | 1.028.200,12         | 1.028.200,12          | 0,00                        | 1.769.770,48         | 1.769.770,48          | 0,00                  | 1.700.099,52          | 1.700.099,52          |
| <b>TOTAL</b>                                       | <b>510.275.000,00</b> | <b>239.849.661,00</b> | <b>750.124.661,00</b> | <b>90.006.837,21</b>        | <b>16.263.724,00</b> | <b>106.270.561,21</b> | <b>100.097.306,62</b>       | <b>39.085.657,51</b> | <b>139.182.964,13</b> | <b>190.104.143,83</b>       | <b>55.349.381,51</b> | <b>245.453.525,34</b> | <b>320.170.856,17</b> | <b>184.500.279,49</b> | <b>504.671.135,66</b> |

(\*) Obs: taxa do dólar utilizada R\$ 2,0411 conforme data de assinatura do contrato 09/01/2013

Engº Civil Flávio Volpato  
Consultor de Programas Especiais - DEINFRA

Engº Elcio Vieira  
Matr. 172.874-1 - DEINFRA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO PROJETO  
(EMPRÉSTIMO Nº 2900/OC-BR)

1. DESCRIÇÃO DO PROJETO:

O Programa de Infraestrutura Logística de Santa Catarina – Etapa VI, representa para o desenvolvimento da infraestrutura rodoviária de Santa Catarina, a consolidação e a continuidade de uma vitoriosa parceria entre o Estado e o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

As metas físicas estabelecidas, para as diversas categorias de investimentos, contemplam setores importantes como ampliação da malha rodoviária e conservação do patrimônio existente, mediante ações específicas de reabilitação do pavimento das rodovias.

É oportuno destacar, que a atenção dispensada para a área de planejamento, fortalecimento institucional, na área de Gestão Ambiental e de Segurança Viária, dão características marcantes a este projeto, cujo resultado deverá reforçar a Instituição responsável pelo gerenciamento da malha rodoviária, o DEINFRA.

**1.1. Contratos Firmados:**

Até 31 de dezembro de 2014, foram firmados contratos de obras referentes as categorias de inversão, 2.1 - Construção no valor de US\$ 59.049.630,48, correspondente a 21,721 km, 2.2 - Pavimentação de Rodovias no valor de US\$ 74.470.479,92, correspondente a 88,492 km, e 2.3 - Reabilitação de Rodovias no valor de US\$ 134.525.922,08, correspondente a 170,106 km.

**1.2. Obras Concluídas:**

Até o final do exercício de 2014, foram concluídas duas obras de Reabilitação, totalizando 52,675 km.

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS - APROPRIAÇÕES DE CUSTO:

**2.1.** O Sistema de Contabilidade adotado pelo DEINFRA/SC é o utilizado pelo Estado de Santa Catarina, "Contabilidade Pública Direta", obedecidas as normas da Lei Federal nº 4320/64, sendo orientado pela "DCOG" - Diretoria de Contabilidade Geral do Estado - Órgão Centralizador". Todas as atividades contábeis exercidas pelo DEINFRA/SC vão ao encontro das Determinações e Normas estabelecidas pelo Plano de Contas Único no Estado, e pelo orçamento aprovado pela Lei nº 16.278 de 20/12/2013. O Plano de Contas do DEINFRA/SC (órgão executor) possui contas separadas evidenciando o projeto BID VI, em seu montante, excetuando-se os custos financeiros que são encargos do Mutuário, apresentando ainda em separado, as fontes de origem dos recursos - BID VI e Contrapartida.

A Consultoria de Programas Especiais, mantém registros extracontábeis, utilizando-se o princípio de "regime de caixa", os quais permitem identificar as inversões efetuadas no Projeto, além do Registro dos Serviços Contratados, demonstrando o progresso dos mesmos.


Ressalta-se que as despesas registradas na categoria de inversão 2.4, foram pagas no ano de 2013, porém, apropriadas às demonstrações financeiras deste exercício, o que difere do regime de caixa acima citado.

**2.2. Taxas de Câmbio**

**2.2.1.** A taxa de câmbio utilizada para conversão dos recursos do empréstimo, de moeda nacional para dólar norte americano, é a do contrato de fechamento do câmbio.

COPRE, 12 de Fevereiro de 2015.

  
**Eng. Flávio Volpato**  
Consultor de Programas Especiais  
DEINFRA/SC

  
**Eng. Elcio Vieira**  
Matr. 172.874-1  
DEINFRA

**2.2.2.** A taxa de câmbio utilizada para conversão dos recursos de contrapartida local é a da data de apresentação da Solicitação de Desembolso ao BID.

**2.2.3.** A taxa de câmbio dos custos financeiros, de moeda nacional para dólar norte americano, é a do contrato de câmbio da data da operação.

**2.2.4.** A taxa de câmbio utilizada para conversão, de moeda nacional para dólar norte americano, dos rendimentos de aplicações financeiras é a de 31/12/2014.

### 3. FUNDOS DISPONÍVEIS:

**3.1. Conciliação Bancária – Conta Banco do Brasil – Agência GECEX Brasília, conta nº 82.951.229-BB** apresenta saldo em 31/12/2014, no valor de US\$ 19.174,02, resultantes de ganhos de aplicações financeiras. O correspondente saldo da conta, em moeda nacional, obtido utilizando-se a taxa de câmbio de 2,6556, referente ao dia 31/12/2014, é de R\$ 50.918,52.

**3.2. Conciliação Bancária – Conta Banco do Brasil – nº 9527-3 –** apresenta o saldo, em 31/12/2014, de R\$ 4.189.821,27, sendo R\$ 4.107.811,82, referente ao Desembolso nº 12 correspondente a US\$ 1.682.150,62, obtido utilizando taxa de contrato de câmbio 2,4420, e R\$ 82.009,45 ganhos de aplicação financeira, correspondente a US\$ 30.881,70, obtido utilizando-se a taxa de câmbio de 2,6556, referente ao dia 31/12/2014.

#### **3.3. Ganhos de Aplicação Financeira no exercício de 2014**

|                                     | US\$       | R\$          |
|-------------------------------------|------------|--------------|
| Conta Bancária nº 82.951.229 – B.B. | 12.390,78  | 32.904,95    |
| Conta Bancária nº 9527-3 – B.B. *   | 553.578,57 | 1.469.317,26 |
| Conta Bancária nº 9529-X – B.B.     | 35.372,18  | 93.934,35    |
| Total                               | 601.341,53 | 1.596.156,56 |

\*Saldo incluindo o valor de R\$ 74.239,68 repassado pela Fazenda, que se refere aos juros dos desembolsos que permaneceram na conta da Fazenda.

**3.4.** O montante de rendimentos disponível nas contas bancárias é o seguinte: conta nº 82.951.229-BB, US\$ 19.174,02, conta nº 9527-3-BB, US\$ 30.881,70, e conta nº 9529-X-BB, US\$ 873.504,03, totalizando o valor de US\$ 923.559,75.

**3.5.** O montante disponível nas contas bancárias acima citadas é de US\$ 2.605.710,37.

### 4. ADIANTAMENTO DE FUNDOS:

O saldo apresentado no Adiantamento de Fundos em 31 de dezembro de 2014 é o seguinte:

|   | US\$         |
|---|--------------|
| Conta Bancária nº 82.951.229 – B.B.               | 0,00         |
| Conta Bancária nº 82.951.229 – B.B. Rendimentos * | 19.174,02    |
| Conta Bancária nº 9527-3 – B.B.                   | 1.682.150,62 |
| Total   | 1.701.324,64 |



O saldo disponível nas contas do Adiantamento é de US\$ 1.701.324,64, que não coincide com aquele saldo apresentado na Demonstração de Fluxo de Caixa Recursos Recebidos e Desembolsos Efetuados, devido aos rendimentos de US\$ 19.174,02 que pertence à contrapartida local.

#### 4.1. Reposições ou Justificativas Pendentes de Registro no Sistema do BID

Em 31 de dezembro de 2014, havia montante pendente de registro no sistema BID (LMS-1), no valor de US\$ 13.194.074,49, Solicitação nº 14.

#### 4.2. Fundos Pendentes de Justificativa ao BID

Em 31 de dezembro de 2014, o montante pendente de justificativa ao BID é de US\$ 5.884.723,65, a ser apresentado ao Banco no exercício de 2015.

#### 4.3. Detalhes sobre o Adiantamento (Antecipos)

Os recursos oriundos do Adiantamento, convertidos para moeda nacional, através de contrato de fechamento de câmbio, ingressam na conta da Secretaria da Fazenda, e posteriormente são transferidos e depositados na conta BANCO DO BRASIL nº 9527-3 - Programa BID VI, até 31 de dezembro de 2014.

### 5. FUNDOS DE CONTRAPARTIDA NACIONAL:

O Governo do Estado de Santa Catarina assumiu o compromisso de contribuir com a soma de US\$ 24.825.140,14, como contrapartida local, recursos estes do orçamento do DEINFRA e do Mutuário (Custos Financeiros). Em 31 de dezembro de 2014, o Governo contribuiu com a soma de US\$ 16.488.809,68, equivalente a 66,41% do total comprometido. O saldo apresentado na Demonstração de Fluxo de Caixa Recursos Recebidos e Desembolsos Efetuados em 31 de dezembro de 2014 é o seguinte:

|                                     | US\$       | R\$          |
|-------------------------------------|------------|--------------|
| Conta Bancária nº 82.951.229 – B.B. | 19.174,02  | 50.918,52    |
| Conta Bancária nº 9527-3 – B.B.     | 30.881,70  | 82.009,45    |
| Conta Bancária nº 9529-X – B.B.     | 873.504,03 | 2.319.677,31 |
| Total                               | 923.559,75 | 2.452.605,28 |

Os saldos destas contas bancárias referem-se a ganhos de aplicações financeiras, no valor de US\$ 923.559,75, correspondentes a R\$ 2.452.605,28, obtidos utilizando-se a taxa de câmbio de 31/12/2014, que é 2,6556.

Os recursos da contrapartida local foram repassados pela Secretaria de Estado da Fazenda obedecendo a disponibilidade financeira do Estado e de acordo com a capacidade operacional das empresas contratadas para execução das obras do Programa e pagos pelas contas nºs 990000-4, 801100-1, 9528-1, 9524-9 e 9525-7. A conversão de moeda nacional para dólar, foi realizada considerando o câmbio vigente na data da apresentação da solicitação de desembolso ao Banco.

### 6. AJUSTES:

**6.1. Ajuste de saldo de variação cambial:** Houve um ajuste nos recursos recebidos do empréstimo, em moeda nacional no valor de R\$ (-) 212.000,00 devido à diferença ocasionada pelo saldo existente na conta nº 82.951.229 – BB, em moeda do empréstimo, no montante de US\$ 13.000.000,00, que para fins de informações

COPRE, 12 de Fevereiro de 2015.

Engº. Flávio Volpato  
Consultor de Programas Especiais  
DEINFRA

Engº. Elcio Vietro  
Matr. 172.874-1  
DEINFRA

nas demonstrações financeiras do exercício de 2013, foram transformados para moeda nacional, pela taxa de câmbio do dia 31/12/2013 que é de 2,3420, e a internalização, em moeda nacional, do saldo existente em 31/12/13, que ocorreu em duas parcelas, sendo uma de US\$ 7.000.000,00 com taxa de 2,3400 e outra no valor de US\$ 6.000.000,00, com taxa de 2,3090.

## **6.2. Ajuste de Exercício Anterior:**

**6.2.1. Ajuste em Dólar na Demonstração de Fluxo de Caixa** – Recursos BID, no valor de US\$ (-) 3.301.293,68 e Recursos de Contrapartida no valor de US\$ (-) 371.526,35, referente a pagamentos efetuados no exercício de 2013, que foram comprovados ao Banco no exercício de 2014.

**6.2.1. Ajuste em Moeda Nacional na Demonstração de Fluxo de Caixa** – Recursos BID, no valor de R\$ (-) 7.223.230,65 e Recursos de Contrapartida no valor de US\$ (-) 866.733,86, referente a pagamentos efetuados no exercício de 2013, que foram comprovados ao Banco no exercício de 2014.

## **7. AQUISIÇÕES DE BENS:**

Não houve aquisições de bens no exercício.

## **8. CATEGORIAS DE INVERSÃO:**

**8.1. Engenharia e Administração:** No decorrer do exercício de 2014, foram realizadas despesas administrativas no montante de US\$ 2.604.911,10, nas categorias de investimentos: 1.1 – Estudos e Projetos US\$ 0,00 e 1.2 - Administração do Programa US\$ 2.604.911,10.

**8.2. Obras Cíveis e sua Supervisão:** Os investimentos realizados em obras cíveis e sua supervisão, foram no montante de US\$ 51.821.313,81, distribuídos nas seguintes sub-categorias: 2.1 – Construção de Rodovias US\$ 18.624.507,19, 2.2 – Pavimentação de Rodovias US\$ 16.999.289,94, 2.3 - Reabilitação de Rodovias US\$ 11.237.680,04, 2.4 – Segurança Viária US\$ 970.862,15 e 2.6 - Supervisão de Obras US\$ 3.988.974,49.

**8.3. Fortalecimento Institucional:** Os investimentos realizados em fortalecimento institucional no decorrer do exercício de 2014 foram no montante de US\$ 678.057,62, distribuído na seguinte sub-categoria: 3.1 – Implantação do Plano Rodoviário Estadual US\$ 12.724,15 e 3.2 – Operação do Sistema de Planejamento Rodoviário US\$ 665.533,47.

**8.4. Custos Concorrentes:** No exercício de 2014 foi investido na sub-categoria de inversão 4.1 – Desapropriação o montante de US\$ 3.719.818,84.

**8.5. Custos Financeiros:** No exercício de 2014 os gastos de contrapartida, na categoria de investimentos 5.1 – Juros, foram de US\$ 809.149,66 e 5.2 - Comissão de crédito/inspeção sup. gerais, foram de US\$ 448.142,23.


## **9. DESEMBOLSOS EFETUADOS:**

Em 2014 o BID efetuou Desembolsos, totalizando US\$ 25.000.000,00. Esses recursos foram liberados e creditados ao Governo do Estado de Santa Catarina, junto ao Banco do Brasil S/A, agência GECEX Brasília, conta nº 82.951.229-BB.

Os valores desembolsados pelo Banco, registrados no campo recursos recebidos BID, da Demonstração de Fluxo de Caixa Recursos Recebidos e Desembolsos Efetuados, é de US\$ 87.263.657,24, conforme o sumário contábil do BID (LMS-1).

COPRE, 12 de Fevereiro de 2015.

  
Eng. Flávio Volpau  
Consultor de Programas Especiais  
DEINFRA/SC

  
Eng. Elcio Vieira  
Matr. 172.874-1  
DEINFRA



A última solicitação de desembolso incluída no LMS-1 foi a de nº 14, sendo que existem recursos investidos no Programa pendentes de comprovação ao Banco e que foram incluídas nas demonstrações financeiras do exercício de 2014, Justificativa de Adiantamento nº 15.

**10. CONCILIAÇÃO ENTRE DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA E A DEMONSTRAÇÃO DE INVESTIMENTOS ACUMULADOS:**

| DESCRIÇÃO   | BID           | LOCAL         | TOTAL          |
|---|---------------|---------------|----------------|
| Demonstração de Fluxo de Caixa (Desembolsos Efetuados/Gastos) | 85.581.506,62 | 23.831.071,79 | 109.412.578,41 |
| Demonstrativo de Investimentos Acumulados                     | 85.581.506,62 | 23.831.071,79 | 109.412.578,41 |
| Diferença   | 0,00          | 0,00          | 0,00           |

Após a conciliação entre o Demonstrativo de Fluxo de Caixa (Desembolsos Efetuados/Gastos e o Demonstrativo de Investimentos Acumulados), não apurou-se diferença.

**11. CONCILIAÇÃO DO PASSIVO A FAVOR DO BID:**

| DESCRIÇÃO  | TOTAL USS     |
|--|---------------|
| Demonstrativo de Fluxo de Caixa (Recursos Recebidos: Desembolso) | 87.263.657,24 |
| WLMS (Disbursed Life)  | 87.263.657,24 |
| Diferença  | 0,00          |

Após a conciliação entre o Demonstrativo de Fluxo de Caixa (Recursos Recebidos: Desembolso), não apurou-se diferença.

**12. CONCILIAÇÃO ENTRE OS REGISTROS DO PROGRAMA E OS REGISTROS DO BID (WLMS-1) POR CATEGORIAS DE INVERSÃO:**

| Recursos Recebidos BID                   |                                | 87.263.657,24        |                      |
|--|--------------------------------|----------------------|----------------------|
| CATEGORIAS DE INVERSÃO                   | DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS | WLMS-1               | DIFERENÇA            |
| 1. Engenharia e Administração            | 4.316.457,97                   | 3.271.796,74         | 1.044.661,23         |
| 1.1. Estudos e Projetos                  | 0,00                           | 0,00                 | 0,00                 |
| 1.2. Administração do Programa           | 4.316.457,97                   | 3.271.796,74         | 1.044.661,23         |
| 2. Obras Cíveis e Sua Supervisão         | 81.183.152,17                  | 64.913.062,36        | 16.270.089,81        |
| 2.1. Construção                          | 24.057.467,15                  | 20.295.380,30        | 3.762.086,85         |
| 2.2. Pavimentação                        | 18.265.332,57                  | 9.839.513,89         | 8.425.818,68         |
| 2.3. Reabilitação                        | 32.123.240,57                  | 29.441.142,57        | 2.682.098,00         |
| 2.4. Segurança Viária                    | 0,00                           | 0,00                 | 0,00                 |
| 2.5. Melhorias Ambientais                | 0,00                           | 0,00                 | 0,00                 |
| 2.6. Supervisão de Obras                 | 6.737.111,88                   | 5.337.025,60         | 1.400.086,28         |
| 3. Fortalecimento Institucional          | 81.896,48                      | 0,00                 | 81.896,48            |
| 3.1. Implant. Plano Rodoviário Estadual  | 0,00                           | 0,00                 | 0,00                 |
| 3.2. Operação do Sistema de Planejamento | 81.896,48                      | 0,00                 | 81.896,48            |
| Saldo disponível em conta corrente       | 1.682.150,62                   | 0,00                 | 1.682.150,62         |
| <b>TOTAL</b>                             | <b>87.263.657,24</b>           | <b>68.184.859,10</b> | <b>19.078.798,14</b> |

Após a conciliação entre os Recursos Recebidos do BID e os Registros do BID no (LMS-1), foi constatada uma diferença de US\$ 19.078.798,14, sendo US\$ 13.194.074,49, Solicitação nº 14, pendente de registro, US\$ 1.682.150,62, saldo na conta 9527-3-BB, Banco do Brasil, Agência 3582-3 – Fpolis – Recursos do Empréstimo e US\$ 4.202.573,03, recursos investidos no Programa, pendentes de comprovação ao Banco.

### 13. CONTINGÊNCIAS:

Não houve registros de demandas judiciais ou extrajudiciais no exercício, e até a data da elaboração/aprovação das demonstrações financeiras.

### 14. PAGAMENTOS EFETUADOS NO EXERCÍCIO DE 2014, QUE SERÃO APRESENTADOS NAS SOLICITAÇÕES DO EXERCÍCIO DE 2015:

Recursos BID: pagamentos efetuados no montante de US\$ 4.202.573,03, pendente de comprovação ao Banco, nas seguintes categorias: 1 - Engenharia e Administração – 1.2 – Administração do Programa US\$ 193.618,26, 2 – Obras Cíveis e sua Supervisão – 2.1 – Construção US\$ 687.967,40, 2.2 – Pavimentação US\$ 1.631.457,28, 2.3 – Reabilitação US\$ 1.332.018,77 – 2.6 – Supervisão de Obras US\$ 275.614,84 – 3 – Fortalecimento Institucional – 3.2 – Operação do Sistema de Planejamento Rodoviário US\$ 81.896,48.

Recursos de Contrapartida Local: pagamentos efetuados no montante de US\$ 586.455,98, pendente de comprovação ao Banco, nas seguintes categorias: 1 - Engenharia e Administração – 1.2 - Administração do Programa US\$ 23.766,18, 2 – Obras Cíveis e sua Supervisão – 2.1 – Construção US\$ 139.843,22 – 2.2 – Pavimentação US\$ 378.811,70 – 2.6 – Supervisão de Obras US\$ 31.310,73, 3 – Fortalecimento Institucional – 3.1 – Implantação do Plano Rodoviário Estadual – US\$ 12.724,15.

### 15. DEMONSTRAÇÃO DE INVESTIMENTOS ACUMULADOS EM R\$ (REAIS):

No quadro de investimentos acumulados das categorias de inversão, o valor orçado em R\$ (Reais) obteve-se utilizando-se a taxa de câmbio da data de assinatura do contrato de empréstimo.



**Eng. Flávio Volpato**  
Consultor de Programas Especiais  
DEINFRA/SC



**Eng. Elcio Vieira**  
Matr. 172.874-1  
DEINFRA

## **DETALHE SOBRE A EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA DO PROGRAMA:**

O Custo total do Programa é de US\$ 367,510,000.00 a ser executado num período de 5 (cinco anos). Em dezembro de 2014, o projeto encontra-se com os seguintes percentuais de avanço físico-financeiro:

**SITUAÇÃO FÍSICA:** (Até 31 de dezembro de 2014).

| CATEGORIA DE INVERSÃO | PREVISTO | CONTRATADO | %     | CONCLUÍDO | %     |
|-----------------------|----------|------------|-------|-----------|-------|
| <b>CUSTOS DIRETOS</b> |          |            |       |           |       |
| PAVIMENTAÇÃO          | 120 km   | 88,492 km  | 73,74 | 0 km      | 0     |
| REABILITAÇÃO          | 200 km   | 147,276 km | 73,63 | 52,675 km | 26,33 |
| CONSTRUÇÃO            | 40 km    | 21,721 km  | 54,30 | 0 km      | 0     |

**SITUAÇÃO FINANCEIRA:** (De acordo com os Demonstrativos Básicos, em milhares de dólares norte americanos, posição em 31/12/14).

| CATEGORIA DE INVERSÃO                          | PREVISTO       | REALIZADO     | %             |
|--|----------------|---------------|---------------|
| <b><u>1 - ENGENHARIA E ADMINISTRAÇÃO</u></b>   | <b>22,950</b>  | <b>4,942</b>  | <b>21,53</b>  |
| 1.1 - ESTUDOS E PROJETOS                       | 8,500          | 0,562         | 6,61          |
| 1.2 - ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA                | 14,250         | 4,885         | 34,28         |
| 1.3 - AUDITORIA AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO      | 0,200          | 0,000         | 0,00          |
| <b><u>2 - OBRAS CIVIS E SUA SUPERVISÃO</u></b> | <b>320,890</b> | <b>96,781</b> | <b>30,16</b>  |
| 2.1 - CONSTRUÇÃO                               | 84,205         | 30,101        | 35,74         |
| 2.2 - PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS                 | 100,820        | 24,815        | 24,61         |
| 2.3 - REABILITAÇÃO DE RODOVIAS                 | 104,565        | 32,708        | 31,28         |
| 2.4 - SEGURANÇA VIÁRIA                         | 5,850          | 0,970         | 16,58         |
| 2.5 - MELHORIAS AMBIENTAIS                     | 5,500          | 0,000         | 0,00          |
| 2.6 - SUPERVISÃO DE OBRAS                      | 19,950         | 8,186         | 41,03         |
| <b><u>3 - FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL</u></b> | <b>7,070</b>   | <b>1,439</b>  | <b>21,11</b>  |
| 3.1 - IMPLANTAÇÃO PLANO RODOVIÁRIO ESTADUAL    | 1,500          | 0,013         | 0,86          |
| 3.2 - OPERAÇÃO DO SIST. DE PLANEJ. RODOVIÁRIO  | 4,370          | 1,426         | 32,63         |
| 3.3 - APOIO À SIE E AO DEINFRA                 | 1,200          | 0,000         | 0,00          |
| <b><u>4 - CUSTOS CONCORRENTES</u></b>          | <b>3,500</b>   | <b>4,511</b>  | <b>128,88</b> |
| 4.1 - DESAPROPRIAÇÃO                           | 1,500          | 4,511         | 300,73        |
| 4.2 - COMPENSAÇÃO SOCIOAMBIENTAL               | 2,000          | 0,000         | 0,00          |
| <b><u>5 - CUSTOS FINANCEIROS</u></b>           | <b>13,100</b>  | <b>1,740</b>  | <b>13,28</b>  |
| 5.1 - JUROS                                    | 11,400         | 0,946         | 8,29          |
| 5.2 - COMISSÃO DE CRÉDITO/INSP. E SUP. GERAIS  | 1,700          | 0,794         | 46,70         |

COPRE, 12 de Fevereiro de 2015.

  
**Eng. Flávio Volpato**  
Consultor de Programas Especiais  
DEINFRA/SC

  
**Eng. Elcio Vieira**  
Matr. 172.874-1  
DEINFRA

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
TRIBUNAL DE CONTAS  
DIRETORIA DE ATIVIDADES ESPECIAIS (DAE)  
AUDITORIA DO PROGRAMA DE INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA DE  
SANTA CATARINA**

**RELATÓRIO DOS AUDITORES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS  
CLÁUSULAS CONTRATUAIS DE CARÁTER CONTÁBIL E  
FINANCEIRO DO PROGRAMA ASSOCIADO À AUDITORIA DAS  
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Ao: Presidente do Departamento Estadual de Infraestrutura (DEINFRA)  
Programa de Infraestrutura Logística de Santa Catarina**

Realizamos a auditoria da Demonstração de Fluxos de Caixa para o período findo em 31 de dezembro de 2014 e da Demonstração de Investimentos Acumulados em 31 de dezembro de 2014, do Programa de Infraestrutura Logística de Santa Catarina, financiado com recursos provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento, conforme o Contrato de Empréstimo nº 2900/OC-BR e do aporte local do Governo do Estado de Santa Catarina, executado pelo Departamento Estadual de Infraestrutura (DEINFRA), e emitimos nossos respectivos relatórios sobre os mesmos, com data de 13 de abril de 2015.

Este relatório é complementar ao nosso parecer sobre as Demonstrações Financeiras mencionadas.

Em relação à nossa auditoria, examinamos o cumprimento das cláusulas e dos artigos contratuais de caráter contábil e financeiro estabelecidos nas Disposições Especiais e nas Normas Gerais do Contrato de Empréstimo nº 2900/OC-BR, aplicável em 31 de dezembro de 2014. Examinamos as Disposições Especiais descritas nos Capítulos 1 a 5, Cláusulas nºs. 1.01, 1.02, 1.04, 1.06, 1.07, 2.01, 2.02, 3.01(b), 3.03, 3.04, 3.05, 4.01, 4.01(e)(i), 4.02(b), 4.03, 4.04, 4.06(a)(ii), 5.01 e 5.02(c), 5.03(a), e as Normas Gerais descritas nos artigos 4.03, 4.05, 4.07, 7.01, 7.03, 7.04(b), 8.01(a)(i) e 8.03.

Realizamos nossa auditoria em conformidade com as normas internacionais de auditoria da Organização Internacional das Entidades Superiores de Fiscalização – INTOSAI e da Federação Internacional de Contadores (IFAC),

incorporadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Essas normas requerem que planejem e executemos a auditoria para obter uma certeza razoável de que o Departamento Estadual de Infraestrutura (DEINFRA) cumpriu as cláusulas pertinentes do contrato de empréstimo, as leis e os regulamentos aplicáveis. A auditoria inclui também o exame, em base de testes, da evidência apropriada. Consideramos que a auditoria proporciona uma base razoável para expressar nossa opinião.

Em nossa Opinião as cláusulas e as disposições de caráter contábil e financeiro do Contrato de Empréstimo foram cumpridas, face ao não conhecimento de fatos ou eventos que caracterizem o descumprimento ou a violação, por parte do Executor.

Florianópolis, 13 de abril de 2015.

  
**ANTÔNIO CÉSAR MALICESKI**  
Auditor Fiscal de Controle Externo

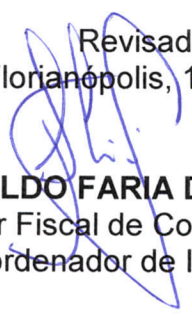
  
**LUCIANA MARIA DE SOUZA**  
Auditora Fiscal de Controle Externo

  
**LUIZ ALEXANDRE STEINBACH**  
Auditor Fiscal de Controle Externo

  
**MIRIAN TERESINHA DEMONTI ROSA**  
Auditora Fiscal de Controle Externo

  
**NELSON COSTA JUNIOR**  
Auditor Fiscal de Controle Externo  
Chefe de Divisão 1

Revisado.  
Florianópolis, 14/04/15.

  
**OSVALDO FARIA DE OLIVEIRA**  
Auditor Fiscal de Controle Externo  
Coordenador de Inspeção 1

Revisado.  
Florianópolis, 17/04/15.

  
**ROBERTO SILVEIRA FLEISCHMANN**  
Auditor Fiscal de Controle Externo  
Diretor da DAE

## CUMPRIMENTO DAS CLÁUSULAS CONTÁBIL E FINANCEIRAS E DO REGULAMENTO OPERATIVO DO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO Nº 2900/OC-BR – EXERCÍCIO DE 2014

**Quadro 01:** Disposições Especiais – Cláusulas do Contrato de Empréstimo nº 2900/OC-BR

| CLÁUSULA | ASSUNTO   | DESCRIÇÃO  | COMENTÁRIOS  | FORMA DE CUMPRIMENTO |
|----------|---|--|--|----------------------|
| 1.01     | <b>Valor e Moeda de Aprovação do Empréstimo</b>           | Nos termos deste Contrato, o Banco se compromete a conceder ao Mutuário, e este aceita, um empréstimo no montante de até US\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de Dólares), a seguir denominado “Empréstimo”, para contribuir para o financiamento do Programa.  | O Banco disponibilizou desde o início do Programa o montante de US\$ 87.263.657,24, correspondente a R\$ 194.211.955,65, representando 34,90% do total do Empréstimo.<br><br>Em relação ao exercício de 2014, foi disponibilizado o montante de US\$ 25.000.000,00, correspondente a R\$ 57.060.000,00, representando 10% do total financiado. | Cláusula cumprida    |
| 1.02     | <b>Solicitação de Desembolsos e Moeda dos Desembolsos</b> | (a) O Mutuário poderá solicitar ao Banco desembolsos do Empréstimo de acordo com o disposto no artigo 4.03 das Normas Gerais.<br><br>(b) Todos os desembolsos serão denominados e efetuados em Dólares, salvo nos casos em que o Mutuário opte por um desembolso denominado em moeda distinta do Dólar, de acordo com o disposto no artigo 5.01 das Normas Gerais. | (a) O Mutuário solicitou ao Banco apenas 01 (um) desembolso durante o exercício de 2014, no valor de US\$ 25.000.000,00, através da Solicitação nº 12 de 04/06/14.<br><br>b) O desembolso ocorrido foi em dólares dos Estados Unidos da América e foi utilizado de acordo com as Políticas de Aquisições do Banco.                             | Cláusula cumprida    |
| 1.04     | <b>Prazo para Desembolsos</b>                             | O Prazo Original de Desembolsos será de 5 (cinco) anos, contados a partir da data de entrada em vigor deste Contrato. Qualquer extensão do Prazo Original de Desembolsos deverá contar com a anuência do Fiador e estará sujeita ao previsto no artigo 3.02(f) das Normas Gerais.  | O prazo original para o último desembolso do Banco é 09/01/18.   | Não se aplica        |

| CLÁUSULA | ASSUNTO             | DESCRIÇÃO  | COMENTÁRIOS  | FORMA DE CUMPRIMENTO |
|----------|---------------------|--|--|----------------------|
| 1.06     | Juros               | <p>(a) O Mutuário deverá pagar juros sobre os saldos devedores diários a uma taxa que será determinada de acordo com o estipulado no artigo 3.03 das Normas Gerais.</p> <p>(b) O Mutuário deverá pagar juros ao Banco semestralmente, nos dias 15 de abril e 15 de outubro de cada ano, a partir de 15 de abril de 2013.</p>   | <p>O Mutuário efetuou pagamentos de juros no montante de R\$ 1.867.929,56, correspondente a US\$ 809.149,66, nas seguintes datas e valores:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Em 11/04/2014, R\$ 788.027,12, correspondente a US\$ 356.170,45, através do Contrato de Câmbio nº 121300255 de 11/04/14; e</li> <li>Em 13/10/2014, R\$ 1.079.902,44, correspondente a US\$ 452.979,21, pelo Contrato de Câmbio nº 125123317 de 13/10/14.</li> </ul>     | Cláusula cumprida    |
| 1.07     | Comissão de Crédito | <p>O Mutuário deverá pagar uma comissão de crédito de acordo com o disposto nos artigos 3.04, 3.05 e 3.07 das Normas Gerais.</p> <p><b>OBS: Normas Gerais:</b></p> <p>ARTIGO 3.04. <u>Comissão de crédito.</u> (a) O Mutuário deverá pagar uma comissão de crédito sobre o saldo não desembolsado do Empréstimo no percentual a ser estabelecido pelo Banco periodicamente, como resultado de sua revisão de encargos financeiros para empréstimos do capital ordinário, que em caso algum poderá exceder 0,75% por ano.</p> <p>(b) A comissão de crédito começará a incidir a partir de 60 (sessenta) dias, a contar da data de assinatura do Contrato.</p> | <p>O Mutuário realizou pagamentos de comissão de crédito no total de R\$ 1.028.200,12, correspondente a US\$ 448.142,23, nas seguintes datas e valores:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Em 11/04/2014, R\$ 518.240,47, correspondente a US\$ 234.232,98, pelo Contrato de Câmbio nº 121300271 de 11/04/14; e</li> <li>Em 13/10/2014, R\$ 509.959,65, correspondente a US\$ 213.909,25, pelo Contrato de Câmbio nº 125123347 de 13/10/14.</li> </ul> | Cláusula cumprida    |
| 2.01     | Custo do Programa   | <p>O custo total do Programa é estimado em quantia equivalente a US\$ 367.510.000,00 (trezentos e sessenta e sete milhões e quinhentos e dez mil Dólares).</p>   | <p>Até 31/12/2014 foram aplicados no Programa o montante de US\$ 109.412.578,41, que representa 29,77% do custo total estimado.</p>  | Cláusula cumprida    |



| CLÁUSULA | ASSUNTO   | DESCRIÇÃO   | COMENTÁRIOS  | FORMA DE CUMPRIMENTO |
|----------|---|---|--|----------------------|
| 2.02     | <b>Recursos Adicionais</b>                          | O valor dos recursos adicionais ao Empréstimo que, de acordo com o artigo 7.04 das Normas Gerais, o Mutuário se compromete a fornecer oportunamente para a completa e ininterrupta execução do Programa, é estimado em quantia equivalente US\$ 117.510.000,00 (cento e dezessete milhões e quinhentos e dez mil Dólares), sem que esta estimativa implique limitação ou redução da obrigação do Mutuário de acordo com o referido artigo. Para calcular a equivalência em Dólares, será adotada a regra selecionada pelo Mutuário na Cláusula 3.05 destas Disposições Especiais. | O Mutuário disponibilizou desde o início do Programa o montante de US\$ 24.754.631,54, correspondente a R\$ 57.801.986,79, equivalente a 21,06% dos recursos adicionais estimados.<br><br>No exercício de 2014, foi disponibilizado o montante de US\$ 17.033.485,67, correspondente a R\$ 40.650.917,03, representando 14,49% do total dos recursos adicionais do Programa. | Cláusula cumprida    |
| 3.01 (b) | <b>Utilização dos Recursos do Empréstimo</b>        | (b) Os recursos do Empréstimo serão utilizados somente para o pagamento de bens e serviços originários dos países membros do Banco.   | Os recursos do Empréstimo foram utilizados somente para pagamento de serviços de empresas originárias dos países membros do Banco.   | Cláusula cumprida    |
| 3.03     | <b>Reembolso de Despesas a Débito do Empréstimo</b> | Com a concordância do Banco, os recursos do Empréstimo poderão ser utilizados para reembolsar despesas efetuadas ou financiar as que se efetuem com o Programa a partir de 19 de dezembro de 2012 e até a data da entrada em vigor do presente Contrato, desde que se tenham cumprido requisitos substancialmente análogos aos estabelecidos neste instrumento.   | Não houve reembolso de despesas do período anterior à data da entrada em vigor do Contrato.  | Cláusula cumprida    |
| 3.04     | <b>Prazos para o início material das obras</b>      | O prazo para o início material das obras compreendidas no Programa será de 3 (três) anos, contados a partir da vigência do presente Contrato.   | O prazo para o início material das obras é 09/01/2016.   | Cláusula cumprida    |

| CLÁUSULA | ASSUNTO        | DESCRIÇÃO   | COMENTÁRIOS   | FORMA DE CUMPRIMENTO |
|----------|----------------|---|---|----------------------|
| 3.05     | Taxa de Câmbio | <p>Para efeito do estabelecido no artigo 4.09(a) das Normas Geras deste Contrato, as partes acordam que a taxa de câmbio aplicável será a indicada no inciso (a)(i) do referido artigo.</p> <p><b>OBS: Normas Gerais:</b></p> <p><b>ARTIGO 4.09. Taxa de Câmbio. (a)</b> Para estabelecer a equivalência em Dólares de um gasto que seja efetuado na moeda do país do Mutuário, utilizar-se-á uma das seguintes taxas de câmbio, conforme disposto nas Disposições Especiais deste Contrato:</p> <p><b>(i)</b> A mesma taxa de câmbio utilizada para a conversão dos recursos desembolsados em Dólares à moeda do país do Mutuário. Neste caso, para fins de reembolso de gastos a débito do Empréstimo e de reconhecimento de gastos a débito do Aporte Local, aplicar-se-á a taxa de câmbio vigente na data de apresentação da solicitação ao Banco; ou</p> | No exercício de 2014, as despesas reconhecidas a débito do aporte local foram convertidas pela taxa de câmbio da data de apresentação da Solicitação de Desembolso. | Cláusula cumprida    |

| CLÁUSULA | ASSUNTO   | DESCRIÇÃO   | COMENTÁRIOS   | FORMA DE CUMPRIMENTO |
|----------|---|---|---|----------------------|
| 4.01     | <b>Aquisições de Bens e Contratação de Obras e Serviços</b> | As Contratações de obras e serviços (conforme definido nas Políticas de Aquisições a seguir identificadas) e as aquisições de bens financiadas, total ou parcialmente, pelo Banco deverão ser efetuadas de acordo com as disposições estabelecidas no Documento GN-2349-9 ("Políticas para a aquisição de bens e obras financiadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento"), de março de 2011 (doravante denominado "Políticas de Aquisições), que o Mutuário declara conhecer e se compromete a fazer conhecer pelo órgão Executor, e pelas seguintes disposições desta Cláusula:<br>[ ... ] | Os seguintes processos de contratações de obras foram selecionados para revisão: Concorrência nº 102/2011(Contratos nºs: 080/2012, 081/2012, 082/2012, 083/2012, 084/2012 e 085/2012), TP nº 090/2011(Contrato nº 413/2012) e o Contrato nº 167/2013, proveniente da LPI nº 062/2012.<br><br>As Contratações das obras foram efetuadas de acordo com as políticas para a aquisição de bens e obras financiadas pelo BID, conforme disposições estabelecidas no Documento GN-2349-9. | Cláusula Cumprida    |

| CLÁUSULA     | ASSUNTO             | DESCRIÇÃO   | COMENTÁRIOS   | FORMA DE CUMPRIMENTO |
|--------------|---------------------|---|---|----------------------|
| 4.01 (e) (i) | Plano de Aquisições | <p><u>Aquisição de bens e contratação de obras e serviços.</u> As contratações de obras e serviços (conforme definido nas Políticas de Aquisições a seguir identificadas) e as aquisições de bens financiadas, total ou parcialmente, pelo Banco deverão ser efetuadas de acordo com as disposições estabelecidas no Documento GN-2349-9 ("Políticas para aquisição de bens e obras financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento"), de março de 2011 (doravante denominado "Políticas de Aquisições"), que o Mutuário declara conhecer e se compromete a fazer conhecer pelo Órgão Executor, e pelas seguintes disposições dessa Cláusula:</p> <p>(e) Revisão pelo Banco das decisões em matéria de aquisições:</p> <p>(i) Planejamento das aquisições de bens e contratações de obra e serviços: Antes de efetuar qualquer aviso de pré-qualificação ou de licitação para a adjudicação de um contrato, o Mutuário, por intermédio do Órgão Executor, deverá apresentar à revisão e aprovação do Banco o Plano de Aquisições proposto do Programa, que deverá incluir o custo estimado dos contratos, o agrupamento destes, os critérios de seleção e os procedimentos aplicáveis a cada um, de acordo com o disposto no parágrafo 1 do Apêndice 1 das Políticas de Aquisições. Esse plano deverá ser atualizado a cada 12 (doze) meses ou segundo as necessidades do Programa e cada versão atualizada será submetida à revisão aprovação do Banco. A aquisição de bens e obras deverá ser realizada em conformidade com tal Plano de Aquisições aprovado pelo Banco e com o disposto no referido parágrafo1.</p> | <p>O DEINFRA enviou ao Banco por meio do Ofício COPRE nº 102/14, de 28/11/14, o Plano de Aquisições - Novembro/2014 do Programa de Infraestrutura Logística de Santa Catarina.</p> <p>O Banco, pelo CBR-4330/14, de 16/12/14, informou que analisou os referidos documentos e considera que os mesmos atendem aos requisitos desta Cláusula, dando por cumpria a condição contratual.</p> <p>As aquisições realizadas no período auditado estavam previstas no Plano de Aquisições aprovado pelo Banco.</p> | Cláusula Cumprida    |

| CLÁUSULA | ASSUNTO                        | DESCRIÇÃO   | COMENTÁRIOS  | FORMA DE CUMPRIMENTO |
|----------|--------------------------------|---|--|----------------------|
| 4.02 (b) | Relatório Anual de Conservação | <p><b>Manutenção.</b> O Mutuário se compromete a, diretamente ou por intermédio Órgão Executor:</p> <p>(b) apresentar ao Banco, até 3 (três) anos após o vencimento do Prazo Original de <b>Desembolsos</b> ou suas extensões e dentro do primeiro trimestre de cada ano, um <b>relatório anual de conservação</b>, conforme disposto na Seção V do Anexo Único. Se ficar comprovado, com base nas inspeções efetuadas pelo Banco ou nos relatórios recebidos, que a conservação efetuada encontra-se abaixo dos níveis acordados, o Mutuário e o Órgão Executor deverão adotar as medidas necessárias para que as deficiências sejam corrigidas à satisfação do Banco.</p> | <p>Para cumprimento desta condição contratual, o DEINFRA por meio do Ofício COPRE nº 028/13 de 28/03/14, encaminhou ao BID o Relatório Anual de Manutenção – 2014.</p> <p>O Banco pelo CBR-1658/14 de 15/05/14, informou que analisou o referido Relatório e considerou que o mesmo não atende aos requisitos da Cláusula 4,02(b) em questão.</p> <p>Posteriormente, o DEINFRA através do Ofício nº 091/14, de 17/10/14, encaminhou ao Banco um novo Relatório de Manutenção-2014, contendo as informações mais apropriadas sobre a conservação da malha rodoviária estadual.</p> <p>O Banco por meio do CBR-3919/14, de 11/11/14, informou que analisou os referidos documentos e considera que os mesmos atendem parcialmente aos requisitos da Cláusula 4.02(b). Entretanto, considerando que até final de 2014 será anunciada a nova política de conserva da malha do DEINFRA, com uma modalidade mais moderna que garantirá uma conserva mais eficiente, o BID prefere aguardar o recebimento do próximo Relatório de Manutenção (2014/2015) para verificar se os recursos orçamentários de conservação permanecem com o DEINFRA em 2015, para serem utilizados pelas SUPRES na adequada conservação da malha estadual.</p> | Cláusula Cumprida    |

| CLÁUSULA | ASSUNTO  | DESCRIÇÃO  | COMENTÁRIOS   | FORMA DE CUMPRIMENTO |
|----------|--|--|---|----------------------|
| 4.03     | <b>Reconhecimento de Despesa a Débito da Contrapartida Local</b> | O Banco poderá reconhecer, como parte dos recursos da contrapartida local, despesas efetuadas no programa até quantia equivalente a US\$ 23.000.000,00 (vinte e três milhões de Dólares), que tenham sido efetuadas antes de 19 de dezembro de 2012 mas após 8 de fevereiro de 2012, desde que se tenham cumprido requisitos substancialmente análogos aos estabelecidos neste Contrato. O Banco também poderá reconhecer. Como parte da contrapartida local, as despesas efetuadas ou que venham a ser efetuadas com o programa a partir de 19 de dezembro de 2012 e até a data da entrada em vigor do presente contrato, desde que se tenham cumprido os mencionados requisitos. | No exercício de 2014 não houve reconhecimento de despesa a débito da contrapartida local.   | Não se aplica        |
| 4.04     | <b>Seleção e Contratação de Consultores</b>                      | A seleção e contratação de consultores financiadas total ou parcialmente com recursos do Financiamento deverão ser efetuadas de acordo com as disposições estabelecidas no Documento GN-2350-9 ("Políticas para a seleção e contratação de consultores financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento"), de março de 2011 (doravante denominado "Políticas de Consultores"), que o Mutuário declara conhecer e se compromete a fazer conhecer pelo órgão executor, e pelas seguintes disposições desta Cláusula:<br><br>[ ... ]  | No exercício de 2014, o Mutuário não realizou nenhuma seleção e contratação de consultores. | Não se aplica        |

| CLÁUSULA      | ASSUNTO                                | DESCRIÇÃO  | COMENTÁRIOS  | FORMA DE CUMPRIMENTO |
|---------------|--|--|--|----------------------|
| 4.06 (a) (ii) | <b>Plano de Capacitação do DEINFRA</b> | <p><u>Condições especiais de execução.</u> (a) No prazo de 6 (seis) meses a contar da data de vigência do presente Contrato, o Mutuário deverá apresentar ao Banco evidência:</p> <p><b>(ii) da elaboração do plano de capacitação do DEINFRA.</b></p> <p>(Prorrogado para final de 2015, conforme CBR-3463/14, de 06/10/14)</p> | <p>O Órgão Executor enviou ao Banco o Ofício COPRE nº 083/14, de 03/09/14, por meio do qual apresentou: cópia da Exposição de Motivos nº 242/14, pela qual o Presidente do DEINFRA solicita ao Governador do Estado autorização para que se possa dar início ao processo de seleção de servidores por Concurso Público; Um planejamento proposto ao Banco para atender exigência desta Cláusula contratual, prevendo a realização de Concurso Público e contratação até dezembro de 2015; apresentação de um Plano de capacitação até 09/10/2015 e aplicação do Plano de Capacitação aprovado pelo BID para todos os Servidores no decorrer de 2016; e solicitou a não objeção do Banco à proposta ora apresentada, visando dar cumprimento à Cláusula 4.06(a)(ii).</p> <p>O Banco, por meio do CBR-3463/14, de 06/10/14, fazendo referência ao ofício COPRE 083/14, informou que analisou os referidos documentos e não tem objeções aos mesmos, bem como vai aguardar a realização do Concurso Público e a contratação dos novos servidores ao longo do ano de 2015.</p> | Não se aplica        |



| CLÁUSULA | ASSUNTO   | DESCRIÇÃO   | COMENTÁRIOS  | FORMA DE CUMPRIMENTO |
|----------|---|---|--|----------------------|
| 5.01     | <b>Registros, Inspeções e Relatórios</b>        | O Mutuário se compromete a, diretamente ou por intermédio do Órgão Executor, manter registros, permitir inspeções, apresentar relatórios, manter um sistema de informação financeira e uma estrutura de controle interno aceitáveis ao Banco e fazer auditar e apresentar ao Banco as demonstrações financeiras e outros relatórios auditados, de acordo com as disposições estabelecidas neste Capítulo e no Capítulo VIII as Normas Gerais. | O DEINFRA mantém registros, permite a realização de inspeções, apresenta os relatórios exigidos pelo Banco e pela auditoria e, apresenta as demonstrações financeiras de acordo com as disposições estabelecidas no capítulo VIII das Normas Gerais. | Cláusula cumprida    |
| 5.02 (c) | <b>Relatório de Avaliação Final do Programa</b> | <b><u>Supervisão da execução do programa.</u></b><br>(c) Para os efeitos do artigo 8.03 das Normas Gerais deste Contrato, o Mutuário deverá apresentar um relatório de avaliação final do programa dentro dos 90 (noventa) dias seguintes ao vencimento do Prazo Original de Desembolso ou suas extensões.  | O Relatório de Avaliação Final do Programa deve ser apresentado ao Banco até 09/01/18.   | Não se Aplica        |

| CLÁUSULA | ASSUNTO                   | DESCRIÇÃO  | COMENTÁRIOS   | FORMA DE CUMPRIMENTO |
|----------|---------------------------|--|---|----------------------|
| 5.03 (a) | Demonstrações Financeiras | <p>O Mutuário se compromete a que, diretamente ou através do órgão Executor, se apresentem os seguintes relatórios:</p> <p><b>(a)</b> Dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias do encerramento de cada exercício fiscal do Órgão Executor e durante o Prazo Original de Desembolso ou suas extensões, as demonstrações financeiras do Programa, devidamente auditadas pelo Tribunal e Contas do Estado de Santa Catarina ou por empresa de auditores independentes.</p> | <p>Para cumprimento deste artigo, o DEINFRA através do Ofício COPRE nº 033/14 de 28/04/14, enviou ao Banco o Relatório de Auditoria das Demonstrações Financeiras, do período de 08/02/12 a 31/12/13, auditadas pelo TCE/SC.</p> <p>O Banco pelo CBR-1886/2014 de 05/06/14, confirmou o recebimento do relatório e considerou cumprido este requisito contratual. Porém, solicitou que no próximo Relatório de Auditoria sejam apresentadas a “Declaração/Carta de Gerência do Projeto” e a “Guia de Revisão de Demonstrações Financeiras Auditadas”.</p> | Cláusula cumprida    |

Fonte: Contrato de Empréstimo nº 2900/OC-BR, DEINFRA e TCE

**Quadro 02:** Normas Gerais – Artigos do Contrato de Empréstimo nº 2900/OC-BR

| ARTIGO | ASSUNTO                                    | DESCRIÇÃO  | COMENTÁRIOS  | FORMA DE CUMPRIMENTO |
|--------|--|--|--|----------------------|
| 4.03   | <b>Requisitos Para Qualquer Desembolso</b> | Para que o Banco efetue qualquer desembolso será preciso: (a) que o Mutuário ou o Órgão Executor, conforme o caso, tenha apresentado por escrito, ou por meio eletrônico na forma e nas condições especificadas pelo Banco, um pedido de desembolso e que, em apoio ao mesmo, tenham sido fornecidos ao Banco os documentos pertinentes e demais antecedentes que este possa haver solicitado;<br>[...]  | O Mutuário apresentou ao BID apenas 01 (um) pedido de desembolso durante o exercício de 2014, no valor de US\$ 25.000.000,00, através da Solicitação nº 12 de 04/06/14.<br><br>O pedido de desembolso foi integralmente atendido pelo Banco. | Artigo cumprido      |
| 4.05   | <b>Procedimento de Desembolso</b>          | O Banco poderá efetuar desembolsos da seguinte maneira: (a) transferindo a favor do Mutuário as quantias a que este tenha direito de acordo com este Contrato sob a modalidade de reembolso de despesas e Adiantamento de Fundos; (b) efetuando pagamentos a terceiros por conta do Mutuário, e de comum acordo; ou (c) mediante outra modalidade que as partes acordem por escrito. Qualquer despesa bancária em razão dos desembolsos correrá por conta do Mutuário. Salvo acordo das partes em contrário, somente serão feitos desembolsos, em cada oportunidade, de quantias não inferiores a um montante equivalente a US\$ 100.000,00 (cem mil Dólares). | a) No exercício de 2014, o Banco transferiu a favor do Mutuário a quantia de US\$ 25.000.000,00, na modalidade de adiantamento de fundos;<br><br>b) Não houve pagamentos a terceiros;<br><br>c) Não houve transferência em outra modalidade. | Artigo cumprido      |
| 4.07   | <b>Adiantamento de Fundos</b>              | (a) Cumpridos os requisitos previstos nos artigos 4.01 e 4.03 destas Normas Gerais e os que sejam pertinentes das Disposições Especiais, o Banco poderá efetuar desembolsos para adiantar recursos ao Mutuário ou ao Órgão Executor, conforme seja o caso, para atender despesas elegíveis com recursos do Empréstimo, nos termos das disposições deste Contrato.<br>[...]   | (a) No exercício de 2014, o Banco efetuou apenas 01 (um) Adiantamento de Fundo no montante de US\$ 25.000.000,00, em atendimento a Solicitação de Desembolso nº 12 de 04/06/14;  | Artigo cumprido      |

| ARTIGO | ASSUNTO   | DESCRIÇÃO   | COMENTÁRIOS  | FORMA DE CUMPRIMENTO |
|--------|---|---|--|----------------------|
| 7.01   | <b>Disposições Gerais Relativas à Execução do Projeto</b> | (b) Qualquer modificação substancial nos planos, especificações, cronograma de investimentos, orçamentos, regulamentos e outros documentos que o Banco haja aprovado, assim como qualquer modificação substancial no contrato ou contratos de bens ou serviços custeados com os recursos destinados à execução do Projeto, ou nas categorias de investimento, dependerá de prévio consentimento escrito do Banco. | Através do CBR-659/14, de 27/02/14, o Banco informou ao Mutuário que em visita de supervisão ao Estado de Santa Catarina, verificou diversos problemas nas obras de pavimentação da rodovia SC.390, trecho Pedras Grandes-Orleans, executadas pelo Consórcio CASTELAR/TV.<br><br>Assim, com vistas a evitar uma possível retirada deste trecho do Programa, o Banco solicitou uma pronta intervenção do DEINFRA, paralisando os serviços se necessário, emitindo a não conformidade ambiental e revendo projetos, orçamentos e planos de trabalho. Entendendo que os serviços só devem ser retomados com a certeza das soluções propostas, de seus custos e de um novo cronograma físico e financeiro que garantam a conclusão da totalidade da pavimentação do trecho rodoviário com a qualidade exigida pelo DEINFRA e esperada pelo BID.<br><br>O executor informou que as inconsistências apontadas no CBR-659/14 foram sanadas e que a obra está sendo executada de acordo com o projeto de engenharia aprovado pelo BID. | Artigo cumprido      |
| 7.03   | <b>Utilização de Bens</b>                                 | Salvo autorização expressa do Banco, os bens adquiridos com os recursos do Empréstimo deverão destinar-se exclusivamente aos fins do Projeto. Concluída a execução do Projeto, a maquinaria e o equipamento de construção utilizados nessa execução poderão ser empregados para outros fins.  | Não houve aquisição de bens com recursos do Empréstimo até 31/12/14.   | Não se aplica        |

| ARTIGO       | ASSUNTO                          | DESCRIÇÃO   | COMENTÁRIOS   | FORMA DE CUMPRIMENTO |
|--------------|----------------------------------|---|---|----------------------|
| 7.04 (b)     | Recursos Adicionais              | (b) A partir do ano civil seguinte ao do início do Projeto e durante o período de sua execução, o Mutuário deverá demonstrar ao Banco, nos primeiros 60 (sessenta) dias de cada ano civil, que disporá, oportunamente, dos recursos necessários para efetuar a contribuição local ao Projeto durante esse ano.  | <p>O DEINFRA, por meio do Ofício COPRE nº 013/14, de 26/02/14, enviou ao Banco a Demonstração de Recursos de Contrapartida Local – 2014 e cópia da Lei nº 16.287 de 20/12/13 que estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2014, bem como informou que o orçamento do DEINFRA disponibiliza para investimentos no Programa, como recursos da contrapartida local, Fontes: (2100), (0285), (2263) e (2191), o montante de R\$ 58.140.478,22, que convertidos a taxa de Câmbio de 2,3420 em 31/12/13, equivalem a US\$ 24.825.140,14.</p> <p>O Banco, através do CBR-721/14 de 07/03/14, informou que analisou os referidos documentos e considera que os mesmos atendem aos requisitos deste artigo, dando por cumprida a condição contratual.</p>  | Artigo cumprido      |
| 8.01 (a) (i) | Sistema de Informação Financeira | <p>(a) O Mutuário, o Órgão Executor ou o Órgão Contratante, conforme o caso, deverá manter:</p> <p>(i) um sistema de informação financeira aceitável ao Banco que permita o registro contábil, orçamentário e financeiro, e a emissão de demonstrações financeiras e outros relatórios relacionados com os recursos do Empréstimo e de outras fontes de financiamento, se for o caso;</p> | <p>O sistema de processamento de dados do Mutuário e do Órgão Executor é administrado pelo Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina (CIASC), uma Sociedade de Economia Mista integrante da Administração Pública Estadual. A Diretoria de Administração do DEINFRA lança os dados nos referidos sistemas e emite os relatórios do Programa de Infraestrutura Logística de Santa Catarina, que são posteriormente remetidos à Consultoria de Programas Especiais. A Unidade de Coordenação de Programa possui o Sistema Gerencial de Programa de Investimentos (SGPI), implementado pela APPE, que produz informações operacionais, financeiras e contábeis. O SGPI emite relatório de acompanhamento <i>paripassu</i> e o Demonstrativo de Investimento Acumulado (valor previsto para cada categoria de investimento, valor executado no período e valor a executar).</p> | Artigo Cumprido      |

| ARTIGO | ASSUNTO   | DESCRIÇÃO  | COMENTÁRIOS  | FORMA DE CUMPRIMENTO |
|--------|---|--|--|----------------------|
| 8.03   | <b>Relatórios Semestrais de Execução do Projeto</b> | O Mutuário, ou o Órgão Executor, se pertinente, deverá apresentar à satisfação do Banco, dentro dos 60 (sessenta) dias seguintes ao término de cada Semestre, ou em outro prazo acordado pelas Partes, os relatórios referentes à execução do Projeto, preparados de acordo com as normas que, a respeito, forem acordadas com o Banco; e os demais relatórios que o Banco razoavelmente solicitar com relação ao investimento dos montantes emprestados, à utilização dos bens adquiridos com tais montantes e ao desenvolvimento do Projeto. | <p><u>RELATÓRIO DO 2º SEMESTRE DE 2013:</u></p> <p>O Mutuário por meio do Ofício COPRE nº 002/14, de 06/01/14, encaminhou ao Banco o Relatório Semestral nº 10 (Dezembro/2013), versão em arquivo eletrônico, referente ao Programa de Infraestrutura Logística de Santa Catarina.</p> <p>O Banco através do CBR-87/14, de 14/01/14, informou que analisou os referidos documentos e considera que os mesmos atendem aos requisitos deste artigo, dando por cumprida a condição contratual.</p> <p><u>RELATÓRIO DO 1º SEMESTRE DE 2014:</u></p> <p>Através do Ofício COPRE nº 060/14, de 03/07/14, o DEINFRA encaminhou ao Banco o Relatório Semestral nº 16 (Junho/2014), versão em arquivo eletrônico, referente ao Programa de Infraestrutura Logística de Santa Catarina.</p> <p>O Banco pelo CBR-2417/14, de 17/07/14, informou que analisou os referidos documentos e considera que os mesmos atendem aos requisitos do artigo 8.03 das Normas Gerais e dá por cumprida a condição contratual.</p> | Artigo cumprido      |

Fonte: Contrato de Empréstimo nº 2900/OC-BR, DEINFRA e TCE

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

**TRIBUNAL DE CONTAS**

**DIRETORIA DE ATIVIDADES ESPECIAIS (DAE)**

**AUDITORIA DO PROGRAMA DE INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA DE  
SANTA CATARINA**

## **RELATÓRIO DOS AUDITORES SOBRE O SISTEMA DE CONTROLE INTERNO ASSOCIADO À AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Ao: Presidente do Departamento Estadual de Infraestrutura (DEINFRA)  
Programa de Infraestrutura Logística de Santa Catarina**

Realizamos a auditoria da Demonstração de Fluxos de Caixa para o período findo em 31 de dezembro de 2014 e da Demonstração de Investimentos Acumulados em 31 de dezembro de 2014 do Programa de Infraestrutura Logística de Santa Catarina, financiado com recursos provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento, conforme o Contrato de Empréstimo Nº 2900/OC-BR e do aporte local do Estado de Santa Catarina, executado pelo Departamento Estadual de Infraestrutura (DEINFRA), e emitimos nossos respectivos relatórios sobre os mesmos, com data de 13 de abril de 2015.

Este relatório é complementar ao nosso parecer sobre as Demonstrações Financeiras mencionadas.

A Administração do Departamento Estadual de Infraestrutura (DEINFRA), executor do Programa de Infraestrutura Logística de Santa Catarina, é responsável por estabelecer e manter um sistema de controle interno suficiente para mitigar os riscos de distorção das informações financeiras e proteger os ativos sob a custódia do programa, incluindo as obras construídas e outros bens adquiridos. Para cumprir com essa responsabilidade, requer-se juízos e estimativas da administração para avaliar os benefícios esperados e os custos relativos às políticas e procedimentos do sistema de controle interno.

Os objetivos de um sistema de controle interno são fornecer à administração uma segurança razoável, porém não absoluta, de que os ativos estão protegidos contra perdas decorrentes de usos ou disposições não autorizadas, que as transações são realizadas de acordo com as autorizações da administração e os termos do contrato e estão adequadamente registradas para permitir a elaboração de Demonstrações Financeiras confiáveis. Devido às limitações inerentes a qualquer sistema de controle interno, podem ocorrer erros ou irregularidades que não sejam detectados. Além disso, as projeções de qualquer avaliação da estrutura de períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os procedimentos possam mostrar-se inadequados devido a mudanças nas condições, ou que a eficácia do desenho e operação das políticas e dos procedimentos possa se deteriorar.

Ao planejar e desenvolver nossa auditoria das Demonstrações Financeiras do Programa referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2014, obtivemos um entendimento do sistema de controle interno vigente e avaliamos o risco de controle para determinar os procedimentos de auditoria, com o propósito de expressar uma opinião sobre as Demonstrações Financeiras do Programa, e não para opinar sobre a eficácia do sistema de controle interno, motivo pelo qual não a expressamos.

Observamos certos aspectos que são descritos no presente relatório relacionado com o sistema de controle interno e sua operação, que consideramos condições que merecem ser informadas, em conformidade com as normas internacionais de auditoria.

As condições que merecem ser informadas compreendem assuntos que chamaram a nossa atenção relativamente a deficiências importantes no desenho ou operação do sistema de controle interno que, em nosso julgamento, poderiam afetar adversamente a capacidade do Programa de Infraestrutura Logística de Santa Catarina, para registrar, processar, resumir e apresentar informações financeiras de forma consistente com as afirmações da administração nas Demonstrações de Fluxos de Caixa e de Investimentos Acumulados.



Uma deficiência significativa é uma condição que merece ser informada, em que o desenho ou operação de um ou mais elementos do sistema de controle interno não reduz a um nível relativamente baixo o risco de que possam ocorrer erros ou irregularidades por valores que poderiam ser significativos em relação às Demonstrações Financeiras do Programa, e que poderiam não ser detectados oportunamente pelos empregados no desempenho normal das funções para as quais foram designados.

As deficiências do Controle Interno consideradas significativas estão identificadas na Carta Gerencial deste Relatório.

Florianópolis, 13 de abril de 2015.



**ANTÔNIO CÉSAR MALICESKI**  
Auditor Fiscal de Controle Externo



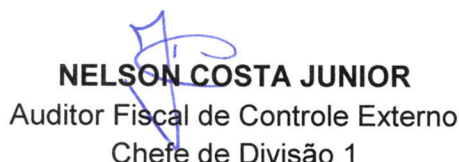
**LUCIANA MARIA DE SOUZA**  
Auditora Fiscal de Controle Externo



**LUIZ ALEXANDRE STEINBACH**  
Auditor Fiscal de Controle Externo




**MIRIAN TERESINHA DEMONTI ROSA**  
Auditora Fiscal de Controle Externo



**NELSON COSTA JUNIOR**  
Auditor Fiscal de Controle Externo  
Chefe de Divisão 1

Revisado.

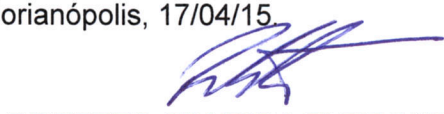
Florianópolis, 14/04/15.



**OSVALDO FARIA DE OLIVEIRA**  
Auditor Fiscal de Controle Externo  
Coordenador de Inspeção 1

Revisado.

Florianópolis, 17/04/15.



**ROBERTO SILVEIRA FLEISCHMANN**  
Auditor Fiscal de Controle Externo  
Diretor da DAE

## 1. CONTROLE INTERNO DO PROGRAMA

### 1.1. Entendimento da entidade

#### 1.1.1. Órgão Executor

De acordo com o estabelecido no Contrato de Empréstimo nº 2900/OC-BR, o executor do Programa de Infraestrutura Logística de Santa Catarina (Programa Rodoviário de Santa Catarina – Etapa VI) é o DEINFRA.

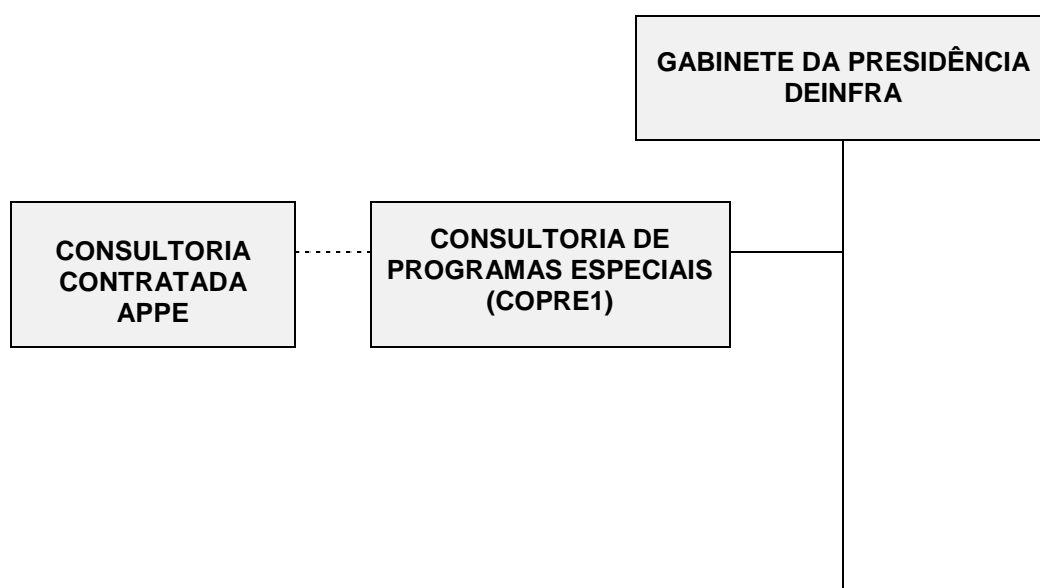
O DEINFRA é uma autarquia instituída pela Lei Complementar nº 244, de 30 de janeiro de 2003, com personalidade jurídica de direito público interno, autonomia administrativa, operacional, financeira e patrimonial, estando vinculado à Secretaria de Estado da Infraestrutura.

#### 1.1.2. Coordenação do Programa

A coordenação do Programa de Infraestrutura Logística de Santa Catarina está sob a responsabilidade da Consultoria de Programas Especiais (COPRE1), cujo órgão é parte integrante da estrutura organizacional do DEINFRA, conforme Lei Complementar nº 382/2007.

A COPRE1 está diretamente subordinada ao Gabinete do Presidente do DEINFRA, e tem apoio, para o gerenciamento do Programa, da empresa Assessoria para Projetos Especiais Ltda. (APPE).

##### 1.1.2.1. Estrutura da Unidade de Coordenação



### 1.1.2.2. Atribuições da Unidade de Coordenação

Para proceder à administração do Programa, o DEINFRA mantém uma Unidade de Coordenação que é assessorada pela empresa APPE, contratada conforme exigência da cláusula 4.01(a), das Disposições Especiais, do Contrato de Empréstimo nº 2171/OC-BR (Etapa V). O contrato com a empresa APPE prevê o gerenciamento das Etapas V e VI do Programa.

As atribuições da COPRE1 estão regulamentadas no Regimento Interno do DEINFRA, aprovado pelo Decreto Estadual nº 1.023, de 17 de janeiro de 2008.

Nos termos do art. 13 do Regimento Interno do DEINFRA, compete à COPRE1:

- I - promover o cumprimento das condições estabelecidas em convênios ou acordos firmados pelo DEINFRA com outras entidades das esferas municipal, estadual ou federal objetivando a execução de Programas específicos;
  - II - promover o cumprimento das condições estabelecidas em contratos de empréstimos ou acordos integrantes de Programas firmados com instituições financeiras ou com entidades de apoio ao desenvolvimento, e/ou em Programas de parcerias público/privadas, dos quais o DEINFRA venha a participar;
  - III - promover a condução de Programas especiais do DEINFRA, voltados para áreas específicas de atuação do órgão, representando a autarquia em fóruns, reuniões técnicas e outros;
  - IV - elaborar, acompanhar, monitorar e controlar todas as atividades de caráter físico, financeiro, administrativo e institucional dos Programas, avaliando-as em função de metas estabelecidas e procedendo às reformulações e modificações, quando necessárias, articulando com outros setores do DEINFRA integrados aos Programas;
  - V - representar o DEINFRA e/ou o Governo do Estado junto a instituições financeiras, a órgãos da administração pública municipal, estadual e federal, direta ou indireta, ou ainda outras entidades envolvidas nos assuntos referentes aos Programas;
  - VI - manter o sistema de informações técnicas, financeiras e administrativas dos Programas;
  - VII - levantar dados e executar estudos sócio-econômicos relativos aos Programas;
  - VIII - executar demais atividades pertinentes ou correlatas, para o pleno desenvolvimento e cumprimento dos Programas;
  - IX - elaborar projetos destinados à obtenção de recursos federais para obras e serviços de infraestrutura, em articulação com a Diretoria de Planejamento e Projetos.
- Parágrafo único. O Presidente do DEINFRA designará o Consultor de Programas Especiais que será responsável pela condução de Programa específico que venha a ser executado pelo DEINFRA, o qual responderá, no âmbito deste Programa e no que couber, por

todas as atividades relacionadas às competências expressas neste artigo.

### **1.1.2.3. Atribuições da Gerenciadora do Programa**

A gerenciadora do Programa APPE tem as seguintes atribuições, conforme contrato nº PJ-084/2009, que remete à Licitação SDP Nº 001/08, Seção V:

- 3.1. Levantamento e estudos para avaliação *ex post* pelo BID;
- 3.2. Apoio ao sistema de planejamento do DEINFRA;
- 3.3. Gerenciamento do Programa BID – Etapas V e VI;
- 3.3.1. Atualização e operação de um sistema informatizado de controle;
- 3.3.2. Apoio ao DEINFRA no monitoramento e avaliação dos Programas BID;
- 3.3.3. Apoio ao DEINFRA nas contratações necessárias à implementação do Programas BID;
- 3.3.4. Apoio ao DEINFRA nos serviços de supervisão e fiscalização de projetos e obras, aquisições e serviços;
- 3.3.5. Elaboração de estudos de viabilidade econômica;
- 3.3.6. Apoio ao gerenciamento ambiental do DEINFRA;
- 3.3.7. Supervisão dos serviços ambientais dos contratos de obras;
- 3.3.8. Elaboração do Informe Resumido de Execução do Programa;
- 3.3.9. Apoio à elaboração da avaliação *ex post* dos Programas;
- 3.3.10. Relatórios a serem elaborados pela Gerenciadora;
- 3.4. Apoio ao DEINFRA para a preparação do Programa BID VI;
- 3.4.1. Estudos econômicos, de engenharia e de transportes;
- 3.4.2. Estudos ambientais;
- 3.4.3. Estudos institucionais e financeiros;
- 3.4.4. Estudos de conservação;
- 3.4.5. Relatórios a serem elaborados pela Gerenciadora.

### **1.1.2.4. Procedimentos administrativos que regem as atividades e responsabilidades da administração financeira do Programa**

Os procedimentos administrativos que regem as atividades e responsabilidades da administração do Programa não estão formalizados. Contudo, o Regimento Interno do DEINFRA descreve as atribuições das diversas Diretorias, Gerências e da Consultoria de Programas Especiais (COPRE1). Além disso, na prática, conforme verificado *in loco*, após os níveis de gerência existem os níveis setoriais de divisões, nos quais se constata a segregação das diversas funções envolvidas, com níveis de autoridades especificados.

## 2. COMPONENTES DO CONTROLE INTERNO

De acordo com a metodologia definida pelo Comitê de Organizações Patrocinadoras (COSO – *Committee of Sponsoring Organizations*), são componentes inter-relacionados do controle interno: o ambiente de controle, a avaliação de riscos; a informação e comunicação; as atividades de controle; e o monitoramento dos controles.

### 2.1. Ambiente de Controle

O Anexo Único do Contrato de Empréstimo nº 2900/ OC-BR, que descreve o Programa, estabelece: I. Objetivo; II. Descrição; III. Custo do Programa e Plano de Financiamento; IV. Execução; e V. Manutenção. Estas diretrizes foram elaboradas em conjunto pelos especialistas do BID e do DEINFRA. Para garantir o atingimento dos objetivos do Programa, o Plano de Aquisições elaborado pelos especialistas é revisado periodicamente, e quando alterado, sujeita-se a "não objeção" do Banco.

A Cláusula 5.03(a) do Contrato de Empréstimo nº 2900 / OC-BR, determina que as Demonstrações Financeiras devam ser auditadas pelo TCE/SC ou por empresas de Auditores Independentes. O DEINFRA, por meio do Ofício nº 031/2013, solicitou a auditoria do TCE/SC, sendo os objetivos e alcance da auditoria estabelecidos no Termo de Referência encaminhado pelo Executor, por meio do Ofício COPRE nº 075/13, de 21/08/13.

No que se refere à auditoria interna, o Programa de Infraestrutura Logística de Santa Catarina não é auditado especificamente pela SEFAZ/SC (Auditoria Interna do Estado de SC). Existe no âmbito do DEINFRA a Consultoria de Controle e Gestão (CONGE), que é um setor formado por servidores que fazem auditoria do órgão. Dentre suas atribuições estão o planejamento e realização de auditorias internas nas áreas contábil, financeira, operacional, patrimonial, de informática, de gestão e de obras e serviços, previstas no Plano Anual das Atividades de Auditoria Interna - PAAAI, emitindo a Solicitação de Ação Corretiva - SAC, sempre que couber.

Os Processos Administrativos relativos a Desembolsos e Aquisições estão formalizados nas diretrizes emitidas pelo BID e no Contrato de Empréstimo. Quanto a aplicações de recursos da contrapartida, as aquisições seguem a legislação nacional e estadual referentes aos gastos públicos.

## **2.2. Avaliação de Risco**

A Unidade de Coordenação do Programa (COPRE1), com o auxílio da APPE, realiza o controle e monitoramento das ações do Programa. Nos termos do art. 13, IV, do Regimento Interno do DEINFRA. Compete à COPRE1: elaborar, acompanhar, monitorar e controlar todas as atividades de caráter físico, financeiro, administrativo e institucional dos Programas, avaliando-as em função de metas estabelecidas e procedendo às reformulações e modificações, quando necessárias, articulando com outros setores do DEINFRA integrados aos Programas. A COPRE1 faz o acompanhamento por meio dos sistemas da APPE, pelo Sistema de Quantitativos e Medição (SQM) e pelo Sistema Integrado de Controle de Obras Públicas (SICOP).

Periodicamente os especialistas do BID se reúnem com a Coordenação e Gerenciadora para avaliarem a execução do Programa. O resultado desta reunião é formalizado no documento chamado “Ajuda Memória”, que apresenta o resumo dos assuntos discutidos e os compromissos assumidos pelas partes para solucionarem as inconsistências encontradas.

## **2.3. Atividades de Controle**

### **2.3.1. Atividades do Departamento Estadual de Infraestrutura (DEINFRA)**

#### **a) Aplicação de Recursos**

O Consultor do Programa controla as aquisições com base no Plano de Aquisições (PA) e solicita aos setores competentes a abertura dos processos licitatórios. O PA é flexível, podendo ser atualizado a qualquer momento, desde que seja autorizado e publicado no site do Banco.

Após a seleção da empresa pelo processo licitatório, formaliza o contrato com o prestador/fornecedor e emite a ordem de serviço ou de compra, quando for contratação de serviços/obras ou aquisição de bens, respectivamente. No caso de obras, a medição dos quantitativos de serviços executados é realizada mensalmente. Os dados dessas medições são inseridos pela empresa supervisora num banco de dados (sistema eletrônico administrado pelo CIASC e controlado pelo DEINFRA). Esse sistema possibilita a impressão de resumos (medições), cujos documentos são assinados pelo engenheiro fiscal do DEINFRA, pelo engenheiro da supervisão da obra e pelo

engenheiro da empreiteira, e remetidos à Diretoria de Obras e Transportes do DEINFRA.

Nessa Diretoria, a Gerência de Obras e Transportes aprova as medições e a Gerência de Contratos confere se os serviços estão de acordo com o contrato. Cabe à Gerência de Contratos, ainda, liquidar o empenho no sistema e autorizar a empreiteira a emitir a fatura.

Após aprovação, remete à Diretoria de Administração, que solicita à Empresa a emissão da Nota Fiscal e a apresentação dos documentos que comprovem a regularidade fiscal. De posse destes documentos, abre-se um procedimento administrativo numerado (processo) para cada Nota Fiscal, incluindo Nota de Empenho, de Liquidação e Ordem de Pagamento.

#### **b) Origem de recursos**

Com referência aos recursos externos, o DEINFRA, através de seu Presidente e do Consultor de Programas Especiais, representantes designados pelo Governador do Estado para solicitar desembolsos da conta do empréstimo, remete o documento “Solicitação de Desembolso” à Representação do BID, em Brasília/DF. O Banco, até o limite dos recursos do empréstimo, recompõe a conta designada por meio da modalidade Adiantamento de Fundos.

Quando liberado tais recursos (em dólares), são depositados na agência do Banco do Brasil em Nova Iorque, EUA, conta corrente nº 82.951.229, em nome do Governo do Estado de Santa Catarina. Após, o Coordenador da COPRE1 solicita à Secretaria da Fazenda que requisiute ao Banco do Brasil (BB) de Blumenau-SC, Agência nº 2.309-4, o contrato de câmbio para transferir os recursos para o País. Assim, os recursos são transferidos, em moeda nacional, para o Banco do Brasil em Florianópolis, para a conta corrente nº 2900-9, de titularidade do Governo do Estado, para fins contábeis e de controle. Somente após os devidos registros é que a SEFAZ/SC transfere os recursos do empréstimo para a conta corrente específica do Programa, em nome do DEINFRA. Esta conta é a de número 9.527-3, Agência 3.582-3, a qual é administrada pelo DEINFRA.

Quanto aos créditos orçamentários dos recursos próprios, a Secretaria de Estado da Fazenda disponibiliza créditos orçamentários no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (Sigef). Após este procedimento, o DEINFRA empenha e liquida as despesas no mesmo sistema. O Tesoureiro do DEINFRA confere os procedimentos de pagamento (processo administrativo) e emite a ordem de pagamento no Sigef. A ordem de pagamento é impressa e assinada pelo ordenador da despesa (Gerente de Administração, Finanças e Contabilidade) e o Presidente do DEINFRA.

### **2.3.2. Atividades da Secretaria de Estado da Fazenda**

#### **a) Controle da Dívida**

A Secretaria de Estado da Fazenda emite um quadro analítico-descritivo denominado “Posição da Dívida Pública Fundada - Dívida Externa”, que discrimina os valores recebidos no mês anterior, no mês a que se refere e a posição acumulada. Também são emitidos o “Demonstrativo de Pagamentos da Dívida Fundada Interna e Externa” e o “Demonstrativo de Operações de Créditos”, sendo que este discrimina o valor do contrato, valor recebido, valor a receber, tanto em moeda original como em moeda nacional.

#### **b) Empenhamento/Pagamento da Dívida e Encargos do Empréstimo**

A Secretaria de Estado da Fazenda recebe as correspondências do BID, informando o valor a ser pago em moeda estrangeira, a título de Juros, Comissões de Crédito e Amortizações. A SEFAZ/SC, através da Diretoria de Captação de Recursos e Dívida Pública (DICD), solicita e autoriza o Banco do Brasil a fazer o contrato de câmbio. O valor, na moeda local, é debitado na Conta Única do Governo do Estado de Santa Catarina. O empenhamento, os registros contábeis e o arquivamento dos comprovantes são feitos pela Gerência da Dívida Pública (GEDIP), também da SEFAZ/SC, a qual remete as cópias dos pagamentos relacionados aos custos financeiros do Programa à COPRE1 do DEINFRA.



## 2.4. Informações e Comunicações

O sistema de processamento de dados do Mutuário e do Órgão Executor é administrado pelo Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina (CIASC), uma Sociedade de Economia Mista integrante da Administração Pública Estadual.

A Diretoria de Administração do DEINFRA lança os dados nos referidos sistemas e emite os relatórios do Programa Rodoviário de Santa Catarina, que são posteriormente remetidos à Consultoria de Programas Especiais, no prazo máximo de 03 dias. A Unidade de Coordenação de Programa possui o Sistema Gerencial de Programa de Investimentos (SGPI), implementado pela APPE, que produz informações operacionais, financeiras e contábeis oportunas e confiáveis. O SGPI emite relatório de acompanhamento *pari passu* e o Demonstrativo de Investimento Acumulado (valor previsto para cada categoria de investimento, valor executado no período e valor a executar).

Quanto ao sistema de TI do Programa, o controle é exercido por empresa terceirizada, via APPE (Assessoria para Projetos Especiais), no *Cloud Server* (virtual), que funciona como um armazenamento de dados, no qual poderão ser acessados remotamente de qualquer lugar do mundo, a qualquer hora. O uso desse modelo (ambiente) é mais viável e prático do que o uso de unidades físicas. Além disso, todas máquinas também têm seu antivírus instalado.

Além disso, as cópias de segurança e restaurações são feitas pelo método DUMP (tipo de backup que importa e exporta os dados). A TI da APPE realiza backup diário, com cópia no *Cloud Server*. A vantagem da utilização do método DUMP é que a cópia de segurança pode ser realizada a partir de qualquer hospedeiro remoto que possua acesso ao banco de dados. Além disso, a consultora responsável pela TI do Programa também realiza cópias de segurança em sua máquina.

## 2.5. Monitoramento

O DEINFRA possui 02 sistemas para monitoramento do fornecimento de materiais e de prestação de serviço, sendo o Sistema de Quantitativos e Medição (SQM) para Obras e CCO (Sistema de Contratos, Consultoria, Fiscalização e Projetos) para Supervisão.

Como relatado no item 2.1, todas as atividades realizadas no âmbito do DEINFRA são auditadas pela CONGE e pela Auditoria Interna da SEFAZ/SC. Quaisquer inconsistências encontradas nas áreas contábil, financeira, operacional, patrimonial, de informática, de gestão e de obras e serviços são informadas à Diretoria competente para realização da ação corretiva.

### 3. CARTA GERENCIAL

Nesta Carta Gerencial são analisados aspectos relativos à existência de litígios ou reclamações que possam afetar de maneira relevante as demonstrações financeiras. Também são relatados os achados de auditoria do período de 2012 e 2013, assim como as recomendações dos auditores relativas ao primeiro Relatório de Auditoria do Programa.

#### 3.1. Identificação da Existência de Litígios e/ou Reclamações

Para identificar a existência de litígios e/ou reclamações, aplicou-se o procedimento de Indagação, que compreende a obtenção de informações dos advogados acerca de passivos contingentes relativos ao Programa de Infraestrutura Logística de SC. Deste modo, solicitou-se à Unidade de Coordenação do Programa (UCP), por meio do Ofício nº 748, de 11/02/15, que encaminhasse uma Carta de Indagação à Procuradoria Geral do Estado requerendo informações sobre o Programa.

A Procuradoria Geral do Estado encaminhou ao TCE/SC, por meio eletrônico, de 10/03/15, uma relação de processos judiciais em que figuravam como parte o Estado de Santa Catarina e as empresas contratadas pelo DEINFRA para o Programa de Infraestrutura Logística de SC, com o número do processo judicial, o objeto da causa, a situação da demanda e o valor da causa. Informou a existência de 5 processos judiciais tramitando, a saber: Contrato nº PJ-325/2012 (sem análise de impacto financeiro), Contrato nº PJ-326/2012 (2 processos, um com possível impacto financeiro de R\$ 443.159,51 e outro com possível impacto financeiro de R\$ 7.700,00), Contrato nº PJ-329/2012 (sem previsão de impacto financeiro, mas com possível impacto na obra pertencente ao Programa) e Contrato nº PJ-333/2012 (com possível impacto financeiro de R\$ 5.000,00).

Comparando-se as datas das ações judiciais, com a data do contrato/licitação e o objeto das causas, conclui-se que apenas a ação referente ao Contrato nº PJ-329/2012 pertence ao Programa de Infraestrutura Logística de Santa Catarina, no entanto, não é possível avaliar o impacto no Programa.

A Procuradoria também apresentou um parecer em Processo Administrativo, que tramita junto à Consultoria Jurídica da Procuradoria Geral

do Estado de Santa Catarina, referente ao contrato nº PJ-05/2013, referente à obra na Avenida Santos Dumont em Joinville. No entanto este contrato não integra o Programa.

### **3.2. Achado da Auditoria do período de 08/02/12 a 31/12/13**

Em decorrência dos trabalhos da auditoria e com o propósito de contribuir com os executores do Programa de Infraestrutura Logística de Santa Catarina, apresenta-se a seguir o achado de auditoria, instruído com análise e recomendação da equipe de auditoria:

#### **3.2.1. Ausência de apresentação ao Banco de evidência da elaboração do Plano de Capacitação do DEINFRA, em descumprimento a Cláusula 4.06(a)(ii) das Disposições Especiais do Contrato de Empréstimo nº 2900/OC-BR.**

Em atenção à recomendação, o DEINFRA informou que no decorrer do processo de negociação do Contrato de Empréstimo nº 2900/OC-BR, nas diversas missões que foram realizadas pelos técnicos do BID e do Estado, ficou claro que o público alvo para a aplicação do Plano de Capacitação seriam os servidores do DEINFRA e da SIE a serem contratados, mediante concurso público, já no primeiro ano de vigência do Contrato, juntamente com os servidores que compõem o quadro atual dessas entidades citadas. Como o concurso público para aumentar a capacidade institucional do órgão Executor não ocorreu até hoje, não foi possível definir um Plano de Capacitação que fosse objetivo e eficaz, conforme planejado na negociação.

Após o recebimento do Relatório de Auditoria 2012-2013, informando o descumprimento da cláusula contratual que exigia a apresentação de evidência da elaboração do Plano de Capacitação, o Órgão Executor enviou ao Banco o Ofício COPRE nº 083/14, de 03/09/14, no qual apresentou:

- Cópia da Exposição de Motivos nº 242/14, pela qual o Presidente do DEINFRA solicita ao Governador do Estado autorização para que se possa dar início ao processo de seleção de servidores por Concurso Público;

- Um planejamento para atender à exigência da Cláusula 4.06(a)(ii), prevendo: a) realização de Concurso Público e contratação dos candidatos selecionados até dezembro de 2015; b) apresentação de um Plano de capacitação que contemple a participação dos atuais e dos novos servidores até 09/10/2015; c) aplicação do Plano de Capacitação aprovado pelo BID para todos os Servidores (antigos e novos) no decorrer de 2016; e

Por fim, o Órgão Executor solicitou a não objeção do Banco à proposta ora apresentada, visando dar cumprimento à condição contratual em questão.

O Banco, por meio do CBR-3463/14 de 06/10/14, fazendo referência ao Ofício COPRE 083/14, comunicou que analisou os referidos documentos e não tem objeções aos mesmos, bem como vai aguardar a realização do Concurso Público e a contratação dos novos servidores ao longo do ano de 2015.

Diante do exposto, acolhe-se as justificativas apresentadas e com destaque ao aceite do Banco à proposta do DEINFRA, considera-se prorrogado o prazo para cumprimento da Cláusula 4.06(a)(ii), ressaltando-se que a verificação do efetivo cumprimento da recomendação será analisada na auditoria do próximo exercício.

### **3.3. Achado da Auditoria do Exercício de 2014**

#### **3.3.1. Deficiências na execução da obra de reabilitação do trecho da SC 114, Paineis – São Joaquim em relação ao projeto executivo e as medições pagas**

Realizou-se vistoria em 29/09/14 na obra de reabilitação do trecho da SC 114, Paineis – São Joaquim, referente ao Contrato PJ-167/2013, celebrado entre o DEINFRA e o Consórcio Dalba – Compasa (constituído pelas empresas Dalba Engenharia e Empreendimentos Ltda. e Compasa do Brasil Distribuidora de Derivados de Petróleo Ltda.).

O Contrato PJ-167/2013, celebrado entre o DEINFRA e o Consórcio Dalba – Compasa, em Condições Gerais, item 2.3 determina:

2.3 Os documentos que integram o Contrato serão interpretados na seguinte ordem de prioridade:

(...)  
(g) Projetos;  
(...)

O Projeto Executivo de Reabilitação do trecho SC 114, Paineira – São Joaquim, de março de 2012, elaborado por Engevix Engenharia Ltda., item 5.1 estabelece as seções transversais tipo e item 10.2 estabelece o projeto de cercas e defensas.

As deficiências encontradas na execução da obra são:

a) Cerca executada com mourões inclinados e fios frouxos, coordenadas geográficas: -28.092228, -50.05671 e deslizamento de talude e cerca danificada, coordenadas geográficas: -28.103519, -50.05208 e -28.220192, -49.988061;

b) Utilização de arame para fixação do arame farpado aos mourões diverso do previsto no Projeto de Obras Complementares - Projeto de Cercas – “os arames serão presos aos mourões por braçadeiras de arame liso de ferro galvanizado nº16”, coordenadas geográficas: -28.201643, -49.994971.

c) Cerca com 3,05, 3,39, 3,40 e 3,83 metros entre os mourões, quando o Projeto de Obras Complementares - Projeto de Cercas - prevê a distância máxima de 3,00 metros entre os mourões, coordenadas geográficas: -28.201643, -49.994971.

### **Justificativa da Unidade Auditada**

1- Os locais indicados nas coordenadas -28.092228 -50.05671, -28.103519 -50.05208 e -28.220192 -49.988061, conforme as imagens enviadas pelo TCE/SC há arames farpados frouxos e mourões inclinados nas cercas executadas. Os locais destas coordenadas são pontos que sofreram escorregamento de talude devido a um grande volume de chuva que ocorreu no período de junho/2014, aproximadamente 430 mm segundo dados da EPAGRI/CIRAM em sua estação meteorológica no município de São Joaquim. Esta forte precipitação desestabilizou os taludes de corte nos locais de implantação das faixas adicionais e nas melhorias do traçado, fazendo com que a cerca de arame farpado, que já havia sido executada sobre esses taludes também viesse a sofrer danos como os apontados pelo TCE/SC. Assim, informamos que as correções no alinhamento da cerca serão executadas tão logo que os escorregamentos de solo no talude de corte das faixas adicionais e nas melhorias do traçado sejam sanados.

2- O local indicado na coordenada -28.201643 -49.994971, conforme as imagens enviadas pelo TCE/SC há distanciamentos superiores ao indicado no projeto que é de 3,00 metros entre os mourões. Há outros

locais em que essa distância é inferior a 3,00 metros uma vez que este trecho da rodovia SC 114 entre os municípios de Paineira e São Joaquim está localizado sobre a Serra Geral com solos do horizonte B da classe dos Cambissolos e solos Litólicos. Os Cambissolos se caracterizam pelo horizonte B bastante incipiente e apresentam grande heterogeneidade na camada sendo constante a presença de matacões e bolões de pedra. Os solos litólicos compreendem solos com o horizonte B pouco desenvolvido, em geral com espessuras inferiores a 40 cm, é comum o aparecimento de rochas, cascalho e pedras pequenas nesta fina camada, ou mesmo matacões aflorando na sua superfície. Desta forma houve a necessidade de deslocamento do ponto de cravação sempre que o local exato do mourão (3,00m) não oferecesse profundidade suficiente para a perfeita fixação do mourão de concreto em virtude da presença de rochas que não foi possível a remoção manualmente.

3- Quanto ao uso de arame comum para a fixação do arame farpado junto ao mourão de concreto, as providências já foram tomadas e os mesmos foram substituídos por arames galvanizados N° 16 conforme consta no projeto.

Quanto ao deslizamento de talude, cerca com arame frouxo e arame de fixação do arame farpado, o órgão executor informa que providências serão tomadas.

Quanto à distância entre os mourões, o executor informa que, devido ao tipo de solo, não foi possível cravá-los a cada 3,00 metros.

No entanto, o tipo de solo já estava descrito no Relatório do Projeto, Volume 1, p. 56-58, não era novidade quando da apresentação da proposta/assinatura do contrato da empresa contratada. Transcrevemos trecho do Relatório:

### **2.3 Estudo Geológico**

(...)

#### **2.3.3 Características da Pedologia da Rodovia**

O trecho em estudo da SC-114 atravessa solos da classe dos Cambissolos, solos Litólicos Distróficos e solos Litólicos Álicos.

(...)

#### **2.3.5 Características Geotécnicas e de Terraplenagem**

A presença de rochas e matacos em cortes existentes e baixa cobertura de solo é constante ao longo do trecho. Assim cortes em materiais de 3ª categoria são comuns.

Ademais foi realizada medida entre mourões sucessivos e nenhum deles tinha 3,00 metros ou menos. Há que se convir que, nesse caso, de solo de difícil escavação, fosse, no mínimo, mantido a média de

3,00 metros, a fim de cumprir o projeto e a obrigação financeira do DEINFRA pelo pagamento total da cerca.

O objetivo das cercas é o de preservar a faixa de domínio da presença de pedestres, animais e construções, proporcionando assim maior segurança ao tráfego. A sequência de mourões com distâncias maiores que o recomendado fragiliza a estrutura da cerca em todo o trecho.

Diante do exposto, recomenda-se ao DEINFRA que proceda a apuração do custo dos mourões efetivamente fixados ao longo da obra de reabilitação do trecho da SC 114, Paineel – São Joaquim, para compensação dos valores pagos a maior, seja com a colocação de novos mourões ou ajuste no contrato com o fornecedor para que não reste prejuízo ao erário.

#### **4. Resumo das Recomendações da Auditoria do exercício de 2014**

Em decorrência dos trabalhos da auditoria e com o propósito de contribuir com o executor do Programa de Infraestrutura Logística de Santa Catarina, recomenda-se a seguinte providência:

##### **4.1. Ao Departamento Estadual de Infraestrutura (DEINFRA):**

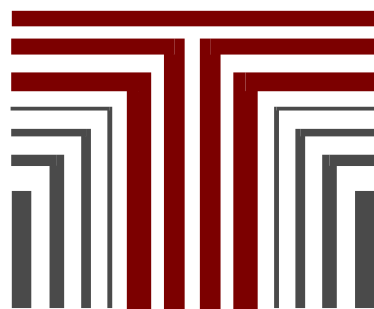
**4.1.1.** Proceder a apuração do custo dos mourões efetivamente fixados ao longo da obra de reabilitação do trecho da SC 114, Paineel – São Joaquim, para compensação dos valores pagos a maior, seja com a colocação de novos mourões ou ajuste no contrato com o fornecedor para que não reste prejuízo ao erário.



## GLOSSÁRIO DE TERMOS E EXPRESSÕES

|                                  |   |
|----------------------------------|---|
| <b>Backup</b>                    | Cópia de segurança  |
| <b>Cloud Server</b>              | Servidor localizado em sítio eletrônico destinado a arquivar dados.   |
| <b>Contrapartida Local</b>       | Recursos que devem ser fornecidos pelo Mutuário (Estado).   |
| <b>Contrato</b>                  | Designa o Contrato de Empréstimo.   |
| <b>Contrato de Empréstimo</b>    | Contrato de Empréstimo nº 2900/OC-BR, que foi firmado em 09/01/13 entre o Estado de Santa Catarina e o BID, com aval da União, destinado ao financiamento do Programa de Infraestrutura Logística de Santa Catarina.                    |
| <b>Demonstrações Financeiras</b> | Demonstrativos elaborados pelo Órgão Executor, visando evidenciar a situação financeira do Programa em cada exercício, incluindo todos os recursos recebidos (origens) e todas as aplicações, sobre as quais a Auditoria emite parecer. |
| <b>Dump</b>                      | Tipo de <i>backup</i> que importa e exporta os dados  |
| <b>Entidade</b>                  | Autarquia Estadual (DEINFRA)  |
| <b>Empréstimo</b>                | O mesmo que Contrato de Empréstimo.   |
| <b>Executor</b>                  | O mesmo que Órgão Executor.   |
| <b>Mutuário</b>                  | A parte que celebrou o contrato de Empréstimo e que recebe os recursos (Estado de Santa Catarina).  |
| <b>Obra</b>                      | Denominação utilizada para identificar um trecho rodoviário.  |
| <b>Órgão Executor</b>            | Entidade encarregada de executar o Programa (DEINFRA, conforme Lei Complementar nº 244/03).   |
| <b>Paripassu</b>                 | Participação do contratante nos investimentos, nas diversas categorias de inversão.   |
| <b>Pavimentação</b>              | Serviços de implantação e pavimentação dos trechos rodoviários, compreendendo terraplenagem, obras de arte correntes e revestimento asfáltico.  |
| <b>Projeto</b>                   | O mesmo que Programa.   |
| <b>Reabilitação</b>              | Restauração de pista, sinalização de pista, restauração do acostamento e drenagem de pavimento.   |
| <b>Rodovia</b>                   | Segmento rodoviário identificado por código, podendo compreender diversos trechos, alguns incluídos no Programa.  |
| <b>Supervisão de Obras</b>       | Subcomponente de despesas referentes à contratação de empresas especializadas para realizar supervisão e fiscalização dos projetos rodoviários executados pelas empreiteiras.   |
| <b>Trecho</b>                    | Segmento de rodovia incluído no Programa.   |

## **APÊNDICE**



TRIBUNAL  
DE CONTAS  
DE SANTA  
CATARINA

# **LIQUIDAÇÃO DAS DESPESAS**

**EXERCÍCIOS DE 2014**

**Contrato PJ-083/2012- Correção de ponto crítico localizado na rodovia SC-438 Bom Jardim da serra – Alto da Serra do Rio do Rastro, km 120**

A vistoria foi realizada realizou sentido Bom Jardim da Serra - Alto da Serra do Rio do Rastro, no tratamento emergencial do ponto crítico localizado no km 120.

Constatou-se que o aspecto geral da obra é bom.

**Quadro 01:** SC-438 Bom Jardim da serra – Alto da Serra do Rio do Rastro, km 120



**Foto IMG\_20140930\_094953777\_HDR:** Sinalização vertical e horizontal implantadas.



**Foto IMG\_20140930\_095234258:** Sinalização vertical e horizontal implantadas, sarjeta realizada e defesa instalada.



**Foto IMG\_20140930\_095430929:** Sinalização vertical e horizontal implantada, sarjeta e faixas de mudança de velocidade realizadas e instalação de defensas.



**Foto IMG\_20140930\_095436714:** Sinalização vertical e horizontal implantada, sarjeta e faixas de mudança de velocidade realizadas e instalação de defensas.

**Fonte:** Tribunal de Contas de Santa Catarina

**Contrato PJ-413/2011 – Correção de ponto crítico localizado no km 19+000 da SC-401, trecho entroncamento SC-402 (p/ Jurerê) - entroncamento SC-404 (p/ Lagoa), com serviços de terraplanagem, pavimentação, drenagem, obra de arte corrente, sinalização e obras complementares, incluindo o fornecimento de material asfáltico**

A vistoria foi realizada sentido entroncamento SC-404 – entroncamento SC-402, no tratamento emergencial do ponto crítico localizado no km 19.

Constatou-se que o aspecto geral da obra é bom.

**Quadro 02:** Rodovia SC 401 – Entroncamento SC 402 (p/ Jurerê) - entroncamento SC 404 (p/ Lagoa), km 19



**Foto DSCN0017:** Defensas e barreira de concreto instaladas, pavimentação e sinalização realizadas. Sentido Centro, coordenadas geográficas: -27°34'9.6", -48°30'43.31".



**Foto DSCN0020:** Defensas e barreira de concreto instaladas, pavimentação e sinalização realizadas. Sentido Norte, coordenadas geográficas: -27°34'9.2", -48°30'43.06".



**Foto DSCN0025:** Defensas instaladas, pavimentação e sinalização realizadas. Sentido Centro, coordenadas geográficas: -27°34'3.4", -48°30'33.91".



**Foto DSCN0031:** Defensas e barreira de concreto instaladas, pavimentação e sinalização realizados. Sentido Norte, coordenadas geográficas: -27°34'8.08", -48°30'43.10".



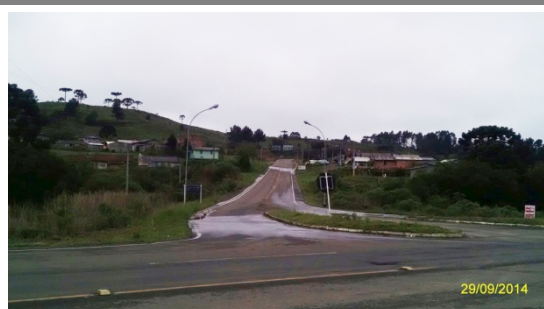
## Contrato PJ-167/2013 – Reabilitação da Rodovia SC 114 – Trecho Painel – São Joaquim

A inspeção foi realizada sentido Painel – São Joaquim. O prazo de execução da obra é de 900 dias.

O Relatório Mensal nº 18<sup>1</sup>, de agosto de 2014, apresenta um avanço físico de 12%, decorridos 396 dias da execução do contrato, que corresponde a 43% da vigência do contrato, indicando um ritmo lento da obra.

Constatou-se que o aspecto geral da obra é bom.

### Quadro 03: Rodovia SC 114 – Trecho Painel – São Joaquim



**Foto IMG\_20140929\_124615800:** Início do trecho, interseção da SC 114 com SC 370, PP 263+540, coordenadas geográficas: -27.924047, -50.104866.



**Foto IMG\_20140929\_125927530:** Segmento recapeado, coordenadas geográficas: -27.955629, -50.096186.



**Foto IMG\_20140929\_130709033:** Corte de talude, coordenadas geográficas: -27.966205, -50.099249.



**Foto IMG\_20140929\_130952191:** Obra de Arte Corrente OAC nº 29 BSTC (Bueiro Simples Tubular de Concreto) Ø1,20m, coordenadas geográficas: -27.966205, -50.099249.



**Foto IMG\_20140929\_133311294:** Adequação do traçado da pista, coordenadas geográficas -28.090902, -50.060889.



**Foto IMG\_20140929\_134308076:** Corte em talude e descida d'água em degraus, cerca executada com mourões inclinados e fios frouxos, coordenadas geográficas: -28.092228, -50.05671.

<sup>1</sup> SANTA CATARINA, Departamento Estadual De Infraestrutura , Relatório Mensal Nº 18 do Programa De Infraestrutura Logística de Santa Catarina (Programa Bid VI). Santa Catarina: Consultoria de Programas Especiais (Copro). Agosto/2014, p. 8.



**Foto IMG\_20140930\_140359673:** Deslizamento de talude, cerca danificada, coordenadas geográficas: -28.103519, -50.05208.



**Foto IMG\_20140930\_140609654:** Faixa adicional em aclave, coordenadas geográficas: -28.108004, -50.052016.



**Foto IMG\_20140930\_141136682:** Central de britagem, coordenadas geográficas: -28.110976, -50.050771.



**Foto IMG\_20140930\_143856105:** Obra de Arte Corrente OAC nº 119, BSTC (Bueiro Simples Tubular de Concreto) Ø0,80m, coordenadas geográficas: -28.162935, -50.01866.



**Foto IMG\_20140930\_144141612:** Faixa adicional em aclave, coordenadas geográficas: -28.178125, -50.012523.



**Foto IMG\_20140930\_145517523:** Cerca com 3,05, 3,39, 3,40, 3,83 metros entre os mourões, quando o Projeto de Obras Complementares - Projeto de Cercas - prevê a distância máxima de 3,00 metros entre os mourões, coordenadas geográficas: -28.201643, -49.994971.





**Foto IMG\_2014092930\_145350865:** Neste segmento foi utilizado arame para fixação do arame farpado aos mourões diverso do previsto no Projeto de Obras Complementares - Projeto de Cercas – “os arames serão presos aos mourões por braçadeiras de arame liso de ferro galvanizado nº16”, coordenadas geográficas: -28.201643, -49.994971.

**Foto IMG\_20140929\_145317479:** Cerca com 3,40 metros entre os mourões, quando o Projeto de Obras Complementares - Projeto de Cercas - prevê a distância máxima de 3,00 metros entre os mourões, coordenadas geográficas: -28.201643, -49.994971.



**Foto IMG\_20140929\_145821405:** Adequação do traçado da pista, coordenadas geográficas: -28.201765, -49.989789.

**Foto IMG\_20140929\_150850579:** Execução de faixa adicional em aclive, coordenadas geográficas: -28.212534, -49.984285.



**Foto IMG\_20140930\_151642976:** Deslizamento de talude, cerca danificada, coordenadas geográficas: -28.220192, -49.988061.

**Foto IMG\_20140930\_152657947:** Segmento urbano da rodovia, calçadas executadas, coordenadas geográficas: -28.290059, -49.949985.

**Fonte:** Tribunal de Contas de Santa Catarina



**Contrato PJ-325/2012- Construção da Rodovia SC 446, trecho Criciúma – BR 101 (Via Expressa), com extensão de 10,944 km**

A vistoria iniciou em Criciúma, ao final do trecho Acesso Secundário, seguiu pelo início do trecho Via Rápida e encerrou-se no entroncamento da Via Rápida com a BR 101.

Constatou-se que o aspecto geral da obra é bom.

**Quadro 04: SC-446 Criciúma – BR/101 Via Expressa**



**Foto IMG\_20141001\_093506975:** Pavimentação, meio fio e calçada concluídos, km 1+500.



**Foto IMG\_20141001\_093702850:** Construção de viaduto na interseção da Via Rápida com Rua Victalino Scremin, km 1+500.



**Foto IMG\_20141001\_094730989:** Movimento de terra para alargamento da via, km 3+080.



**Foto IMG\_20141001\_094800890:** Movimento de terra para alargamento da via, km 3+080.



**Foto IMG\_20141001\_100922988:** Construção de viaduto na interseção da Via Rápida com Primeira Linha, km 3+800.



**Foto IMG\_20140930\_101511699:** Interseção da Via Rápida com Primeira Linha, km 3+800.



**Foto IMG\_20140930\_101522553:** Pistas de rolamento em execução, km 3+800.



**Foto IMG\_20140930\_102620046:** Construção de viaduto na interseção da Via Rápida com Segunda Linha, km 3+800.



**Foto IMG\_20140930\_104443360:** Construção de viaduto na interseção da Via Rápida com Segunda Linha, km 6+000.



**Foto IMG\_20140930\_105708119:** Terraplanagem da rodovia, ao fundo construção de viaduto na interseção da Via Rápida com Terceira Linha, km 8+150.



**Foto IMG\_20140930\_105716376:** Pavimentação da rodovia, próximo à Terceira Linha, km 8+150.



**Foto IMG\_20140930\_110744777:** Execução da superestrutura do viaduto de interseção da rodovia com a Quarta Linha, km 9+000.



**Foto IMG\_20140930\_111342269:** Viaduto de interseção da rodovia com a via de acesso à localidade São Rafael, km 10+150.



**Foto IMG\_20140930\_111342269:** Viadutos de entroncamento da Via Rápida com a BR 101, PF = km 11+075,63.

**Fonte:** Tribunal de Contas de Santa Catarina



**Contrato PJ-326/2012 - Construção da Rodovia SC 446, trecho Criciúma – BR 101 (Acesso secundário)**

A vistoria iniciou em Criciúma pelo viaduto de acesso à via Rápida e encerrou no eixo principal, início da Via Rápida.

Constatou-se que o aspecto geral da obra é bom.

**Quadro 05: SC 446 Criciúma - BR/101 Acesso Secundário**



**Foto IMG\_20141001\_091002667:** Muro gabião (sistema terramesh) e aterro de acesso ao viaduto de ligação Avenida Gabriel Zanette com Via Rápida, eixo principal, km PP=0.



**Foto IMG\_20141001\_091018955:** Viadutos de ligação Avenida Gabriel Zanette com Via Rápida, eixo principal, km PP=0.



**Foto IMG\_20141001\_091948426:** Execução de obras em alça de acesso à Via Rápida, km PP=0.



**Foto IMG\_20141001\_092009646:** Obras de terraplenagem e pavimentação do início da Via Rápida (Acesso Secundário), km PP=0.

**Fonte:** Tribunal de Contas de Santa Catarina

## Contrato PJ-333/2012 - AE 101M – BR 101 Passo de Torres

A vistoria iniciou no entroncamento do trecho com a rodovia BR 101 e terminou no perímetro urbano do município de Passo de Torres (final do trecho). Constatou-se que o aspecto geral da obra é bom. Conforme Relatório Mensal nº 18 do DEINFRA, de agosto/2014 a obra está concluída.

### Quadro 06: AE-110M BR/101 – Passo de Torres



**Foto IMG\_20140930\_134618622:** Início do trecho, vista da rodovia, entroncamento com BR 101, km 0+040.



**Foto IMG\_20140930\_134618622:** Início do trecho, placa da obra, entroncamento com BR 101, km 0+000.



**Foto IMG\_20140930\_134843622:** Início do trecho, vista da rodovia, km 0+040.



**Foto IMG\_20140930\_135257160:** Vista da rodovia, pavimento e sinalização executados, defensas instaladas, km 1+100.



**Foto IMG\_20140930\_135733379:** Vista da rodovia, pavimento e sinalização executados, km 2+600.



**Foto IMG\_20140930\_135843115:** Vista da rodovia, pavimento, calçada, enlameamento e sinalização executados, km 2+600.



**Foto IMG\_20140930\_140223679:** Vista da rodovia, pavimento, calçada, enleivamento e sinalização executados, km 3+300.



**Foto IMG\_20140930\_140929135:** Final do trecho, próximo à rua Sete de Maio, km 5+500.

**Fonte:** Tribunal de Contas de Santa Catarina